



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 421 - DE 16 A 30 DE OUTUBRO DE 2011 - R\$ 3,00

**Justiça patronal decreta fim da greve dos correios.
Abaixo a lei anti-greve! Abaixo a repressão!
Quem decide são os trabalhadores e suas assembleias!
Rechaçar a intervenção judicial sobre os movimentos!
Defender a liberdade de manifestação e expressão!
Defender a autonomia dos sindicatos frente ao Estado!
Unificar e centralizar as lutas contra o arrocho!**



Avança a crise mundial: as massas respondem com luta



**Bolívia: os movimentos
rompem com Evo e entram
em choque com o governo
“sócio das multinacionais”**

Oposição revolucionária a Dilma

Governo Dilma enfrenta as greves com força

A situação política está marcada pelo ascenso grevista que se iniciou no funcionalismo e se estendeu para o setor privado, com movimentos reivindicatórios salariais de reposição das perdas com a alta do custo de vida. O governo e a patronal atuam de forma intransigente, cada qual se precavendo das consequências da crise econômica que se manifesta no Brasil. O governo procura mostrar disposição para o corte radical de gastos, chegando ao ponto de apresentar uma proposta de congelamento salarial por dez anos ao funcionalismo. Negocia reajustes com índices de metade da inflação (4% - ANDES). Os patrões seguem a linha governamental, negando-se até mesmo a conceder a reposição das perdas. A intransigência governamental e patronal incentivam movimentos grevistas.

A intransigência é acompanhada de repressão. A lei anti-greve é utilizada com toda força. A exigência dos tribunais para manter os serviços públicos funcionando chega a extremos de decretar um número maior de trabalhadores furando a greve do que os mobilizados, com pesadas multas para intimidar as direções burocráticas a cumprirem com a determinação judicial de quebrar a greve.

O caso mais notável foi o da greve nos Correios, em que as direções sindicais haviam chegado a um acordo com o governo, que foi rechaçado nas assembleias de base. O Tribunal Superior do Trabalho, com base nos termos do acordo que havia sido fechado dois dias antes, decretou então simplesmente o fim da greve no dia 13/10, ordenando a volta incondicional ao trabalho e passando por cima das decisões das assembleias de base. As direções simplesmente acataram a decisão. Não moveram uma palha para sequer colocar em discussão nas assembleias se se cumpriria ou não a decisão do tribunal, quebrando com qualquer traço de autonomia dos sindicatos. De um lado, expressaram a covardia e corporativismo burocrático de acatar a imposição repressiva do Estado burguês; de outro, seu comodismo estava bem de acordo com a concretização do acordo que havia sido firmado com o governo, mas tinha sido rejeitado pelas bases.

Dilma tem encabeçado a ofensiva governamental contra as greves. Da Europa, mandou endurecer as negociações contra a greve dos bancários, justamente no momento em que esse movimento se fortalecia, paralisando agências que nunca haviam aderido a outras greves. Sabendo da entrada em greve por parte dos funcionários do judiciário federal, procurou fazer das greves de correios e bancários exemplo para intimidar outros movimentos. A ofensiva do TST contra a greve nos Correios, interferindo como nos tempos da ditadura militar, expressa essa necessidade do governo de brear os movimentos ainda que as direções não o possam fazer, diante do grande descontentamento causado pela corrosão dos salários pela alta inflacionária.

O grande obstáculo para os movimentos que têm enfrentado o arrocho pela via da mobilização tem sido a conduta das direções sindicais. O divisionismo, a fragmentação e o isolamento das greves, que ocorrem muitas vezes com as mesmas bandeiras, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas separadas, só pode levar à derrota desses movimentos. A unificação e a centralização são necessidades para ganhar a força necessária para enfrentar a intransigência governamental e patronal. O temor das direções burocráticas é que a unificação real coloca o perigo da perda de controle e da superação pelas bases das direções.

Crise política prossegue, sem a intervenção das massas

As denúncias de corrupção são utilizadas pelos bandos capitalistas de uns partidos da base aliada contra os outros, com vistas a ampliar a fatia de poder no interior do Estado burguês. PMDB e PR se acusam e comprovam a grandiosa corrupção de ambos ao redor das verbas públicas. A sucessiva queda de ministros do governo Dilma tem ocorrido sem a intervenção das massas nos conflitos. Até agora, a disputa entre essas gangues ocorre às costas das massas, que ainda se encontram em geral inebriadas pelo assistencialismo e pelo crédito fácil herdados do governo Lula. Até agora, tem havido mobilizações limitadas contra a corrupção convocadas pela Igreja e oposição burguesa, com o objetivo de desgastar

eleitoral de Dilma e do PT. Mas a onda grevista pode levar a mudanças nesse quadro.

A crise capitalista obriga as forças da burguesia a se reorganizarem. A disputa eleitoral do ano que vem já começou. Os bandos burgueses se reorganizam para tirar o maior proveito possível do momento. Setores da oposição burguesa se deslocam em direção a uma conciliação com o governo. Parte rompeu com DEM e formou o PSD, que aponta para ser o maior partido depois de PMDB e PT, superando inclusive o PSDB. A filiação de Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central e homem de confiança do capital financeiro, é indício de que forças desse “novo” partido agrupa. O lançamento da candidatura do católico Chalita à prefeitura de São Paulo pelo PMDB expressa um deslocamento de frações de peso da Igreja. As peças do tabuleiro da burguesia vão sendo colocadas. Por enquanto, respondem a uma situação de controle das massas pelo governo, ajudado nessa tarefa pelas direções burocráticas. Mas a crise econômica vai ganhando ritmo e contaminando os mercados mundiais. Suas consequências no Brasil apenas começam a se sentir. Um movimento geral das massas ainda não se colocou. A mobilização pode passar a atuar sobre a crise política, acelerando-a e aprofundando-a.

Resposta programática à situação

Diante do governo burguês de Dilma, que procura expressar os interesses e necessidades dos capitalistas em toda linha e se alinha ao imperialismo em sua ofensiva intervencionista mundial, coloca-se a necessidade da oposição revolucionária. Ou seja, de responder a cada medida governamental com as bandeiras de independência de classe, proletárias, e os métodos da luta de classes. No momento, é preciso responder à alta do custo de vida que afeta as massas, e à defesa do emprego contra as demissões, que já se perfilam no horizonte com as férias coletivas anunciadas pelas multinacionais.

O ascenso grevista que instintivamente se colocou no último período enfrenta os obstáculos da falta de direção revolucionária, freio das direções burocráticas, legislação anti-greve e repressão aberta aos movimentos.

As bandeiras do Programa de Transição orientam a responder a situação. A defesa da reposição de todas as perdas salariais, salário mínimo vital com escala móvel de salários (reajuste automático dos salários de acordo com a inflação), e a defesa do emprego a todos através da divisão de todo trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar, sem redução salarial (escala móvel das horas de trabalho) são bandeiras que devem encabeçar um conjunto de reivindicações que coloque a unificação e centralização nacional das lutas contra o governo e os capitalistas. Expressam também uma resposta de independência de classe diante do agravamento da crise econômica, quando os capitalistas procuram semear entre as massas a ideia de que é preciso favorecer o chamado setor produtivo contra o especulativo, como se ambos não expressassem a exploração do trabalho assalariado e opressão da maioria pela minoria.

A defesa da autonomia das organizações de massa, contra o intervencionismo repressivo da justiça patronal, só pode ser feito pela ação de massa. Esta por sua vez corresponde a uma política de independência de classe, portanto de confronto com a burguesia e seus governos, que não pode ser levada a cabo pelas atuais direções burocráticas, que são conciliadoras por natureza. A submissão política leva à submissão organizativa, prática. A justiça patronal pretende amordçar os movimentos, mas essa mordida é amarrada pela burocracia sindical, que é avessa à independência de classe e à unificação, centralização e radicalização dos movimentos.

Os explorados e oprimidos, em sua rebelião contra os planos capitalistas de despejar a crise sobre suas costas, terão de ultrapassar a política e o controle aparelhista das atuais direções, para caminharem para a resolução de seus problemas pelas próprias mãos. A ausência da direção revolucionária enraizada nas massas é o maior obstáculo para cumprir tal tarefa. Mas as condições de generalização da luta de classes favorecem o caminho para a realização dessa tarefa histórica.

Banco Dexia, mais um sinal da crise capitalista

A quebra do banco Dexia, franco-belga, trouxe a sombra do desabamento do sistema financeiro mundial. O mesmo ocorreu com a falência do Lehman Brothers, em 2008, nos Estados Unidos. A razão está em que não se trata do desequilíbrio particular de uma instituição bancária. Reconhece-se que os mais influentes bancos franceses, alemães, ingleses, italianos e espanhóis atravessam uma situação de perigoso desequilíbrio em suas contas. Os seus patrimônios estão muito aquém dos empréstimos e das possibilidades de retorno.

O caso do Lehman Brothers foi exemplar. Provocou uma repercussão em toda cadeia financeira e dela na produção. Evidenciou a importância da iniciativa do Estado em evitar que mais de um elo do sistema se rompesse. O volume da intervenção estatal para que o curso aberto pelo Lehman Brothers não avançasse equivaleria a uma estatização em grande escala do capital financeiro, preservando o direito burguês de propriedade.

Os bancos, seguradoras e fundos se revelaram comprometidos pela gigantesca especulação. Os critérios de segurança dos acordos de Basileia foram a tal ponto violados nas potências que os banqueiros contraíram uma montanha de papéis sem liquidez. Ou o rombo era e é transferido para os Tesouros nacionais, ou se decretaria ou se decretará a falência de portentosas instituições, com violentas consequências imediatas para a economia mundial.

As estatizações das dívidas visam a proteger o capital parasitário. O banco Dexia já tinha sido motivo de socorro em setembro de 2008. Estava profundamente envolvido com a especulação imobiliária nos Estados Unidos. Se não fosse o socorro de mais de 6 bilhões de euros, teria sido arrastado para a falência como o Lehman Brothers. A via da estatização dos “títulos tóxicos” implica descarregar a falência do sistema sobre as massas exploradas.

Assim, assistimos os governos a preparar e a aplicar os planos de estabilização. Cortam-se gastos orçamentários, demitem funcionários, dificultam as aposentadorias, aumentam as taxas de desemprego, confiscam parte dos salários e sucateiam os serviços sociais. O custo social da proteção ao capital financeiro e da preservação da ordem capitalista se tornará cada vez mais brutal. Não há outro programa burguês para a crise senão sacrificar a vida das massas.

A transferência das dívidas podres para os Tesouros, no entanto, apenas adia a quebraadeira. A sua função é a de retardar o processo de ajuste entre o volumoso capital fictício e a base material da economia, que se encontra saturada e bloqueada pelo alto desenvolvimento das forças produtivas e pelo estreitamento do mercado mundial.

A burguesia ganha tempo para enfrentar a crise com o método da exploração do trabalho. Socorrem-se bancos, seguradoras e fundos aumentando as denominadas “dívidas soberanas”. O fenômeno de endividamento de conjunto dos Estados imperialistas é um dos mais amplos da história econômica do capitalismo. E se trata de um movimento em ritmo ascendente.



Cobrem-se os rombos nas contas nacionais com emissão copiosa de moeda nos Estados Unidos e Europa e se aplicam medidas de ataque à vida dos explorados. A combinação de medidas monetárias artificiais com as de expropriação salarial acabará por potenciar as contradições e os desequilíbrios entre os fatores da crise.

A crise se manifesta no esgotamento do período de crescimento e assume a forma de destruição de forças produtivas. O endividamento dos Estados obriga os governos a desenvolverem uma política econômica recessiva. A resistência das massas aos planos indica que já sentem no seu dia a dia os impactos do desmoronamento econômico.

A luta de classes caminha para a polarização entre a burguesia e as massas. A defesa do programa revolucionário de expropriação da propriedade privada dos meios de produção e de planejamento socialista é fundamental para o proletariado se levantar como força dirigente capaz de solucionar a crise estrutural do capitalismo.

Debate:
A Crise Estrutural do Capitalismo e suas repercussões na Educação
Lançamento da Revista Proletária da Educação








sábado, 22 de outubro de 2011, 14h – FACED/UFBA




Partido Operário Revolucionário REVISTA DA REVOLUÇÃO E EDITORA PROLETÁRIA

Lançamento da Revista Proletária da Educação

Contém as Resoluções de nossa Conferência Nacional Estudantil, o Programa da Corrente Proletária e os balanços dos Congressos da UNE e Anel.

Adquira o seu com o distribuidor deste jornal.

Plano de resgate europeu

Estima-se que se fosse necessário reduzir em 50% as “dívidas soberanas” dos países endividados, como a Grécia, Portugal, Espanha, Itália, os bancos perderiam cerca de 3 trilhões de dólares. Os bancos estão pendurados nos Tesouros nacionais. Os banqueiros – a fração mais poderosa do capitalismo da época imperialista – expressam o mais alto parasitismo. O excesso de capital-dinheiro inaplicável na produção os levam a especular com as contas públicas. Colocam os governos como reféns das jogatinas, falcatruas, fraudes, etc.

A União Europeia (UE) - e, particularmente, a Zona do Euro – foi constituída sob o predomínio do capital parasitário e dos monopólios. Logo mostrou seu limite econômico e social. Agora, desmorona sob o impacto da crise de superprodução. A situação de “descapitalização” das grandes corporações financeiras e de falência literal da Grécia, o que pode vir a ocorrer com países maiores, expôs de corpo inteiro a hegemonia da aliança franco-alemã.

O Fundo Europeu de Estabilização Financeira (EFSF) atende sobretudo aos interesses dos bancos alemães e franceses. Os 440 bilhões de euros são insuficientes diante da dívida trilionária e do enorme rombo proveniente do endividamento. A decisão de ampliá-lo responde à pressão do capital internacional. Os Estados Unidos recomendaram uma intervenção mais ampla, incisiva e rápida para estancar a hemorragia do sistema financeiro europeu e amenizar a retração econômica.

O projeto de ampliação do EFSF, enfim, está sendo imposto pelos governos sem que a população tenha qualquer influência. Por cima, imperam os financistas. A votação nos parlamentos não vai além de formalidades. Surpreendeu a falta de quórum no parlamento da Eslováquia. Não alcançou os 76 votos necessários do conjunto de 124 deputados. A coalizão governamental, liderada pela União Cristã e Democracia da Eslováquia, espera resolver o impasse negociando o voto do partido social-democrata. Tudo indica que se trata de um mero jogo entre situação e oposição.

O EFSF acabará sendo reformulado segundo as diretrizes do banco Goldman Sachs Internacional, da companhia de seguros alemã Allianz e do Banco Central Europeu, apoiados pelo Fundo Monetário Internacional.

A oligarquia financeira da Europa manobra com as dívidas, criam impasses, colocam governos contra a parede e acabam ditando os meios com os quais enfrentar o processo de destruição de forças produtivas. O EFSF foi criado como uma ação financeira emergencial. Sua função se limitava a socorrer os Estados e bancos em apuros, fornecendo-lhes capital na forma de empréstimo subsidiados. Mas foi considerado incapaz de ajudar a burguesia, tanto pelo baixo volume de moeda quanto pela sua atribuição. A oligarquia propôs transformá-lo em uma instituição de compra e venda de bônus da dívida.

Inicialmente, o governo alemão achou o projeto inconveniente, uma vez que poderia ser rechaçado pelos eleitores da Democracia Cristã. Na realidade, os banqueiros alemães e franceses já haviam tomado a iniciativa. Tratava-se tão-somente

de realizar o jogo político.

Os banqueiros dizem que não pretendem com o novo EFSF recapitalizar os bancos. Essa tarefa permanecerá no âmbito nacional. Sua função primordial é servir de seguro contra perdas de parte das dívidas soberanas. O que envolve uma montanha de bônus no valor de mais de 3 trilhões de euros. Eis por que se pretende elevar o EFSF de 400 bilhões para 2,5 trilhões de euros.

O fundamento da mudança de natureza do EFSF, ao permitir a compra e venda de bônus, está em que os governos passam a se responsabilizar pela dívida soberana de outros países. Terão, portanto, de alimentar um enorme fundo, a ser administrado pelos agentes da oligarquia financeira. Como o Banco Central Europeu está impedido de fazê-lo, segundo as normas da UE, o EFSF assumiria a atribuição.

Os banqueiros e financistas deixam de ser responsáveis pela quebra de países inteiros, não precisam necessariamente tratar sobre o endividamento com os governos e passam a contar com um fundo garantidor.

O tratado de constituição da UE proíbe que um Estado se responsabilize pela dívida de outro. Mas os arquitetos do bônus encontraram uma brecha na cláusula que prevê uma situação de emergência.

O EFSF, certamente, dará maior poder de intervenção da Alemanha e França sobre a UE. No fundo percorre a tese de que os países quebrados não têm por que exercer a soberania. Suas economias estão de fato mais ou menos penhoradas. Cabe aos credores administrarem o espólio para se protegerem

e se possível tirarem o máximo proveito das circunstâncias. É o que vem ocorrendo contra a economia da Grécia.

A reformulação do EFSF é uma fórmula engenhosa dos financistas não pagarem pela sua agiotagem e parte deles ganhar muito com a crise pelo processo de concentração de capital.

Na cadeia da crise, o mais importante são a classe operária e os demais oprimidos. É sobre eles que desabam o capital financeiro e todo edifício do capitalismo.

O programa do proletariado responde à crise histórica do sistema burguês de produção. Para que a desintegração do capitalismo não tenha por desfecho a plena barbárie, que emerge na forma de destruição maciça de forças produtivas, a solução virá pela luta de classes em que o proletariado defende o programa de expropriação revolucionária da propriedade privada dos meios de produção e constituição do Estado socialista.

A burguesia necessita da União dos Estados Europeus, mas esta assume características da mais brutal imposição da oligarquia capitalista parasitária. O resultado é a retomada da fragmentação do continente sobre a qual se consolidou o capitalismo e deu origem a duas grandes guerras do século XX. O programa do proletariado, ao contrário, é o da implantação dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Objetivamente, recolocou-se essa tarefa, como única possibilidade de solução da crise e de erradicação definitiva das contradições que mergulharam o capitalismo na crise estrutural.



TST decreta fim da heróica greve dos correios e direções acatam

No dia 11 de outubro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou a greve dos trabalhadores dos correios, impôs o acordo proposto pelo governo e ordenou o retorno ao trabalho na quinta-feira, 13 de outubro. Além disso, estabeleceu uma multa de R\$ 50 mil por dia em caso de desobediência. O Comando de negociação, composto pelo PT, PCdoB, PSol e PSTU acatou a decisão do TST. O diretor de Assuntos Jurídicos da Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos), Manoel de Lima Feitosa, defendeu o retorno ao trabalho: “Encerrou-se o ciclo”, disse o pelego, ainda atemorizando a categoria com o risco de demissões caso não voltassem imediatamente. Já o PSTU lamentou a decisão do TST, mas não chamou a resistência à ingerência da justiça burguesa.

O “acordo” imposto pelo TST foi a cópia da proposta patronal – a mesma aceita em 4 de outubro pela maioria do comando de greve, mas recusada nas assembleias por todos os 35 sindicatos em todo o país. Eis as migalhas oferecidas: aumento linear de R\$ 80, reajuste salarial de 6,8%, retroativo a agosto, vale extra de R\$ 575 em dezembro e um vale-cesta de R\$140. Apesar de os carteiros terem de entregar toda correspondência acumulada, o TST ainda definiu o corte de sete dias de trabalho. Seis já foram descontados antecipadamente, por ordem do Ministro das Comunicações Paulo Bernardo e os trabalhadores terão de repor 21 dias nos finais de semana. Ou seja, na prática não há direito de greve.

Punição exemplar

A greve dos correios ocorreu em um momento de ascenso da luta de classes. No mundo, trabalhadores do Norte da África, Oriente Médio, Europa e Estados Unidos estão indo massivamente às ruas para mostrar que não querem pagar pela crise econômica mundial, para rechaçar o desemprego, corte de direitos, miséria e arrocho salarial. No Brasil, desde o início do ano, várias categorias cruzaram os braços e foram à luta contra o arrocho salarial e o salário de fome. Os governos, em relação às greves do funcionalismo, endurecem cada vez mais: reprimem, criminalizam e usam o aparato judicial para decretar as greves ilegais, abusivas e impor pesadas multas.

No caso da greve dos correios, o desconto dos dias parados se mostra como uma “lição” que a burguesia quer dar aos trabalhadores. O presidente do TST afirmou: “O trabalhador tem de saber as consequências do direito de greve e aprender que greve não é férias”. É urgente derrotar as leis anti-greve, não podemos aceitar que o TST decrete o fim da greve. O Judiciário não é neutro, expressa o poder dos patrões. O espaço máximo de deliberação dos trabalhadores são suas assembleias. Precisamos inverter esse jogo e dar uma lição à burguesia: mostrar que não reconhecemos a sua justiça de classe e que não vamos nos dobrar e muito menos aceitar que descarreguem sobre nossas costas o peso da crise econômica mundial que volta a se manifestar no Brasil. Para isso, precisaremos unificar e centralizar as lutas nacionalmente e romper com as divisões que as burocracias governistas nos impõem. Passar por cima das direções pelegas durante a greve foi um primeiro passo, agora a tarefa é manter a mobilização e se preparar para os próximos

embates, recuperar os sindicatos para os trabalhadores e por de pé o partido operário revolucionário.

Direções não estão à altura

Quando o trabalhador quer lutar por seus direitos, precisa estar armado politicamente, isto se dá por meio de suas organizações: sindicato e partido revolucionário. A burguesia detém o poder econômico, detém o poder político, por meio do Executivo, Parlamento, judiciário, difunde sua ideologia em seus meios de comunicação, e ainda tem o aparato repressivo à sua disposição. A burguesia, porém, também está controlando, em sua maioria, os sindicatos de trabalhadores, basta ver o quanto estes levam adiante uma política pró-patronal e recorrem aos métodos parlamentares, próprios da classe dominante.

Os trabalhadores precisam varrer a burocracia que se apossou dos sindicatos, a greve mostrou que isso é possível. Os burocratas têm medo da greve, pois neste momento seu controle sobre a categoria é ameaçado, por isso trabalha noite e dia para enterrar a luta dos trabalhadores. Um exemplo: no dia 30 de setembro, o presidente e vice-presidente do SINTECT de SP foram negociar pelas costas das assembleias com o Procurador Regional do Trabalho, no Ministério Público de São Paulo.

Como não conseguiram acabar com a greve, impuseram a passividade. Os trabalhadores dos correios sabem que se tivessem feito piquetes e bloqueado de fato a circulação das correspondências e encomendas teriam obrigado o Governo a aceitar suas reivindicações. No movimento operário, onde os trabalhadores radicalizaram seus métodos, conseguiram arrancar reposições de 10% de patrões que não queriam repor nem a inflação do período. Nossa força está nos métodos operários: a greve, os piquetes, marchas, bloqueios, etc. A passividade leva à derrota. Nesta greve, os piquetes foram raríssimas exceções, isto foi reconhecido até pelo TST, que disse que, dos 5 mil postos dos correios no país, só houve piquetes em quatro.

Outra sabotagem da direção foi a história de que temos que mostrar disposição de negociar, isto é, se portar como capacho do governo. A reivindicação original era de aumento do piso de R\$ 807 para R\$ 1.635, reposição da inflação de 7,16%, reposição das perdas acumuladas de 1994 a 2010, que totalizam 24,75%, mais vale refeição de R\$ 30. No meio do caminho, a própria direção rebaixou as reivindicações pela metade, dizendo que deveria mostrar disposição de negociação. Mas enquanto a direção queria mostrar que era dócil para o governo e direção dos correios, os trabalhadores queriam mostrar sua disposição e coragem, por isso atropelaram suas direções.

Mas não só o sindicato é um instrumento dos trabalhadores, o partido revolucionário também é. Mas hoje este partido precisa ser construído, só existe de forma embrionária. É preciso que o instinto de luta dos trabalhadores se encontre com o partido operário, que expressa seus interesses de classe e liga as reivindicações mais sentidas pela maioria oprimida à estratégia de destruição do capitalismo por meio da revolução e ditaduras proletárias. Nenhum dos partidos que estão dirigindo o movimento expressam isso. O PT e PCdoB já adotam

diretamente uma política pró-patronal, pró-burguesa e pró-imperialista. O PSol tenta requestrar o velho reformismo do PT, que já vimos aonde levou os trabalhadores. E o PSTU, por mais que fale de revolução de vez em quando, tem uma estratégia eleitoral. Diante da revolta dos trabalhadores dos correios com o governo do Dilma/PT, ao invés de tirar os ensinamentos

Quem manda na nossa greve somos nós e não o judiciário

Os dirigentes da FENTECT precisam parar de se acovardar diante do judiciário apodrecido e vendido aos patrões. O Secretário-geral da entidade, o Sr. Rivaldo, como dirigente nacional, deveria demonstrar um mínimo de disposição de luta e coragem para enfrentar o governo e justiça burguesa, inimigos declarados dos trabalhadores. Mas, ao contrário disso, dá a seguinte declaração, segundo informações do site da própria Federação: *“ordem da justiça não se discute, cumpre-se”*. Uma declaração típica de um pelego desertor, que joga por terra tudo o que os trabalhadores fizeram durante o movimento, que aceita que fiquemos reféns do arqui-reacionário poder judiciário que sempre está contra o trabalhador. Se eu sei que determinada pessoa é minha inimiga, eu vou dizer que o que ela determina eu terei que cumprir? Se eu sei que a justiça é patronal, eu, como representante dos trabalhadores, vou orientar meus camaradas a se submeterem a ela? Claro que não! A decisão da justiça não pode passar por cima das Assembleias, que são as instâncias maiores dos trabalhadores.

Devemos repudiar novamente a mesma proposta que já havíamos rejeitado no dia 4 de outubro, porque essa proposta, além de ser economicamente ruim, nos faz de escravos todos os fins de semana e feriados. Além disso, ela é puramente política, uma vez que, os descontos dos dias parados não seriam nenhum grande prejuízo para a empresa. Ela apenas cumpre a determinação política do Governo Dilma/PT que tem interesse em punir qualquer trabalhador que se oponha a sua política privatizante nos Correios e em outras estatais. Ela quer nos manter de mãos atadas enquanto privatiza, terceiriza e precariza ainda mais as nossas relações de trabalho.

Para isso, o governo conta com os dirigentes sindicais da FENTECT (PT/PC do B) que são do mesmo partido político da Sra. presidenta, do Sr. Paulo Bernardo e do Sr. Wagner Pinheiro, portanto obedecem a ordens dos mesmos. Se fossem dirigentes sindicais compromissados conosco nunca dariam uma decisão sem antes submetê-la à decisão da base.

Cabe a nós, os trabalhadores tomarmos as decisões corretas: se a greve não é abusiva, devemos continuar. Se a proposta é a mesma que já rejeitamos, devemos rejeitá-la de novo quantas vezes forem necessárias e, acima de tudo, não devemos aceitar sermos escravos jamais.

- Repudiar a determinação do judiciário patronal!
- Que a Federação pare de manobrar contra os trabalhadores!
- Pela continuidade da greve! Pela manutenção da nossa pauta de reivindicações!
- Construir uma direção combativa e revolucionária para nosso movimento!
- Oposição revolucionária ao governo privatizador de Dilma/PT

de que o Estado é burguês, não é neutro e para se emancipar os trabalhadores terão de destruí-lo e levantar seu próprio Estado, o PSTU se adapta e pretende canalizar eleitoralmente este descontentamento. Não, companheiros, é necessário confiar na força dos próprios trabalhadores e seguir a política e os métodos de luta da classe operária.

- Abaixo o Capitalismo! Pela revolução proletária e o socialismo!

SINTECT-CE precisa parar de culpar os trabalhadores

Nesta terça-feira, dia do julgamento do TST, a direção do SinTECT-CE fez, repentinamente, como sempre faz nos movimentos grevistas, uma Assembléia relâmpago com o objetivo de, primeiro rebaixar ainda mais a nossa pauta de reivindicações e, segundo, de dizer para a empresa e para o governo como é que devemos ser chicoteados por estes. Eles propuseram que os dias de greve sejam descontados na proporção de um por mês e que compensássemos o desconto com horas-extras e trabalhos remunerados aos finais de semana.

Onde está a armadilha dessa proposta? Está em que: 1) Se o sindicato abre mão de lutar pelo abono de nossos dias parados e diz ao patrão que pode descontar mesmo, ou seja, pode nos punir pela greve; 2) Se o sindicato aprova esta proposta em uma assembleia é como se os próprios trabalhadores concordassem em baixar a cabeça e se render para a empresa, ao invés de lutarem até o fim pelo abono dos dias parados; 3) Que essa é uma política patronal, por fazer os trabalhadores se submeterem a uma punição que demoraria mais de dois anos para se encerrar, uma vez que se foram, até então, 28 dias de greve, seriam, portanto 28 meses de castigo, o que poderia nos enfraquecer por todo esse período.

Mas, o problema maior nem foi esse. Na sua fala, a diretora do Sindicato colocou a culpa nos trabalhadores caso, no dissídio, o juiz determinasse que receberíamos apenas a reposição da inflação e ainda tivéssemos os dias descontados. Esse é um discurso patronal, porque a culpa de toda mazela que cai sobre os ombros dos trabalhadores não é dos próprios trabalhadores. Essa culpa é sempre do patrão (que impõe salários de miséria, e retira direitos). No nosso caso, é do governo de Dilma/PT que os sindicatos e a Federação insistem tanto em blindar, é do Sr Paulo Bernardo, do Sr. Wagner Pinheiro, todos do PT, atual Partido dos Traidores. Que o sindicato queira blindá-los, é triste, porém, compreensível. Mas blindá-los colocando a culpa em nós, que só lutamos pelos nossos direitos, é inaceitável!

O sindicato deve fortalecer o nosso movimento e não passar a assembleia inteira nos ensinando a ter medo de juizes, ministros e patrão. Os trabalhadores precisam ser informados de que o judiciário é só mais um dos inimigos de nossa classe que temos de derrotar se quisermos conquistar uma grande vitória na nossa luta.

- Continuar a greve até a vitória!
- Lutar contra os patrões com força e unidade!
- Pelo atendimento de nossa pauta de reivindicações!
- Pelo abono dos dias parados já!
- Por uma direção de luta e combativa para nossa Federação FENTECT

Governo fascista de Cid reprime violentamente professores e aprova a destruição do Plano de carreira com apoio de PT e PC do B na AL!

Fortalecer a greve capital e interior! Pela anulação da tabela maldita já!

A ação de ontem, da mesa diretora da Assembléia Legislativa, de jogar o batalhão de Choque da PM contra manifestantes que ocupavam o saguão de acesso ao plenário apenas confirma o caráter reacionário do governo Cid Gomes. A Mesa diretora da Casa, e seu presidente, Roberto Cláudio, fiéis lacaios do executivo estadual, foram ágeis em fazer tramitar a mensagem do governo que criava a tabela específica para o nível médio e aplicava nesta o piso de R\$ 1.187 sem repercussão no restante da carreira. Assustados com a presença de professores e alunos que, desde 28/09, ocupam o saguão da assembleia (alguns em greve de fome) tiveram pressa em pôr em votação à matéria que criava a tabela maldita (contando, claro com o apoio dos traidores do PT e PC do B). Buscando conter a revolta do professorado desfecharam uma sangrenta repressão que terminou com vários feridos e detidos pela PM. A violência reacionária do governo foi tão escandalosa e desproporcional que nem mesmo a imprensa burguesa pode deixar de se horrorizar com as fortes cenas de sangue e de professores sendo levados para hospitais.

Apenas alguns meses antes, Luizianne Lins, aliada de Cid,

fez o mesmo com os professores em greve no município. A Guarda Municipal não poupou spray de pimenta nem cascate de repressão. Este “modo Cid de governar”, é também o “modo pestista de governar”. PT e PC do B, que sustentam com afinco este governo, não têm como esconder que têm as mãos sujas de sangue dos trabalhadores!

Cid Gomes não cansa de favorecer os empresários com rios de dinheiro e contratos milionários, enquanto na educação destrói direitos. Por isso a categoria não tem escolha: tem de manter a greve e chamar de volta à luta todos os companheiros que voltaram às aulas. Convocar o interior a voltar, em peso, à greve. Ganhar o apoio de pais e alunos e exigir a imediata anulação da tabela maldita e o início das negociações.

- Viva a greve dos trabalhadores em educação! Viva a heróica greve de fome dos professores!
- Oposição revolucionária aos governos Dilma, Cid e Luizianne!
- Abaixo o capitalismo! Pela Revolução Proletária e o Socialismo!

Bahia

Jaques Wagner (PT) avança as privatizações no estado da Bahia

Não é a primeira vez que demonstramos que o governo petista de Jaques Wagner faz de tudo para beneficiar os interesses do empresariado local e do capital internacional, que exploram trabalhadores na Bahia. Nos meses mais intensos da crise iniciada em 2008, agiu como verdadeiro porta-voz dessas forças econômicas, estimulando o consumo, concedendo subsídios e drenando verbas públicas para socorrer os capitalistas em crise.

De outro lado, mantém pela via da burocracia sindical, ligada ao PT e PCdoB, um controle férreo sobre as organizações dos trabalhadores e movimentos sociais, cooptando lideranças, concedendo cargos e funções nas secretarias e órgãos do Estado, enfim, quando desbordam do controle político da burocracia e do governo, Wagner tem respondido aos trabalhadores e servidores em greve com desprezo e petulância, mantendo e ampliando as péssimas condições de trabalho e salariais de professores e demais servidores públicos.

Mas não pára por aí. O governo do PT tem levado a cabo uma ampla política de privatizações, fazendo-a avançar no interior dos órgãos estatais e serviços públicos em benefício da exploração capitalista. A última das privatizações foi a aprovação do Projeto de lei nº 18.324/09, em 30 de agosto, pela Assembléia Legislativa da Bahia, com a aprovação do governo petista e vo-

tação unânime dos deputados, que estabelece a privatização dos cartórios. Cerca de 1.549 cartórios serão passados à iniciativa privada, o que representa milhões de lucro para o empresariado. Só em 2010, a arrecadação foi de R\$ 138,5 milhões.

Wagner já impôs a privatização de estradas, entregou o controle do Hospital do Subúrbio e do futuro Estádio da Fonte Nova para empresas privadas através das chamadas Parcerias Público Privadas (PPPs). Não a toa, o governador tem declarado abertamente que não tem qualquer preconceito contra as privatizações e que tem de haver uma combinação entre o Estado e a iniciativa privada na administração dos serviços públicos.

Sem qualquer reação por parte do conjunto das organizações e movimentos sociais na Bahia, controlados em grande parte pelo PT e PCdoB, Jaques Wagner segue de mãos livres para impor a sua política em favor dos capitalistas. A tarefa de constituir frações revolucionárias nas organizações sindicais e movimentos sociais e lutar contra o domínio da burocracia, que estatiza os sindicatos e os transforma em instrumento de conciliação de classes com o governo, é uma tarefa urgente colocada para o conjunto dos servidores do Estado, para o movimento sindical e social. Sem isso só teremos derrotas.

A corrupção é inerente ao capitalismo

No último dia 12, cerca de 20 mil pessoas saíram às ruas, em dez capitais do país, para protestar contra a corrupção na política. Inúmeros casos vieram à tona nos últimos meses. Nos ministérios (transporte, turismo), no Legislativo (emendas parlamentares no orçamento), no Judiciário (lavagem de dinheiro, arquivamento de processos de recebimento de propina). Além disso, ficou registrado na memória da população o caso do Mensalão (compra de votos dos deputados para aprovação de projetos) e muitos outros.

Por isso, os manifestantes utilizaram como símbolos do movimento vassouras, pizzas, máscaras de políticos etc. O chamamento dos manifestantes se deu por rede social e se proclamam como apartidários. Alguns políticos burgueses foram vaiados em praça pública ou impedidos de falar ao microfone e outros lembrados por seus atos ilícitos, como o caso da deputada Jaqueline Roriz, de Brasília.

As bandeiras levantadas pelo movimento se restringiam ao fim do voto secreto no Congresso, aplicação da Lei da Ficha Limpa, fortalecimento do Conselho Nacional de Justiça (órgão de controle externo do judiciário), implantação do voto aberto das votações do Congresso Nacional e, por fim, investimentos em saúde e educação. Em alguns estados houve a proposta de tornar a corrupção como crime hediondo, passível de prisão inafiançável.

A restrição à presença aberta dos partidos políticos, sindicatos e organizações estudantis ocorre sob o pretexto do envolvimento dos partidos burgueses e outras organizações nas falcaturas que são mostradas todos os dias nos jornais e revistas. Na prática, aparece inócua e contraditória. Por trás da convocação e para tirar proveito eleitoral dela, estão os partidos da oposição burguesa e setores da Igreja católica. Daí a defesa da moralização dos organismos fiscalizadores do poder judiciário, corrompido até a medula, e dos candidatos a cargos do legislativo, mais corrompidos ainda, com a regulamentação da Lei da Ficha Limpa. A proibição das faixas dos partidos está voltada contra a esquerda organizada, pois os partidos de direita não atuam abertamente nos movimentos, antes são contrários a eles. A proibição da livre expressão e manifestação por si só é antidemocrática. Esse movimento, que expressa os interesses da classe média, clama pela moralização da democracia burguesa e de seus partidos, assim como clamam pelo fortalecimento dos órgãos fiscalizadores criados pela própria burguesia. Em suma, o protesto se dá nos marcos do capitalismo apodrecido e por sua manutenção. E tem por objetivo não declarado o desgaste eleitoral do governo Dilma.

O movimento não consegue ir além e perceber que a corrupção é inerente ao sistema capitalista. Que os partidos burgueses e suas instâncias “democráticas” só podem sobreviver através da barganha e da corrupção. As quadrilhas que se formam no bojo do Legislativo, Executivo e Judiciário são de conhecimento de todos os exploradores e dos governos e, para desfazê-las, somente colocando abaixo o capitalismo e a classe que o sustenta, ou seja, a burguesia.

O capitalismo já nasce corrompido. O Estado capitalista, burguês, tem na corrupção um azeite para suas engrenagens funcionarem de acordo com os interesses da classe dominante.



Marcha contra corrupção em Brasília

A corrupção serve para garantir que o Estado garanta a permanência do sistema, que coloca na miséria milhões de pessoas que só poderão sobreviver vendendo sua força de trabalho, inclusive a juventude que está nas ruas, cujo índice de desemprego chega a 28%. Que condiciona a maioria dos trabalhadores a viverem com um salário mínimo de R\$545,00. No entanto, os problemas acarretados pelo capitalismo decadente não são alvo das críticas dos manifestantes. Isso se explica pela ausência de uma direção revolucionária, que expresse os interesses dos explorados e que transforme a indignação em luta política contra a burguesia e seu sistema político e econômico.

Por isso, o movimento se torna reacionário ao se conclamar como apartidário. Porque não coloca para correr os partidos da burguesia, incluindo o Partido dos Trabalhadores, que já se vendeu há muito tempo para o imperialismo e para os interesses da burguesia nacional. Exigir que a presidenta Dilma/PT faça uma “faxina geral e irrestrita” é exigir que o PT também se puna.

A juventude somente terá êxito em sua luta contra a corrupção quando se somar às reivindicações elementares da classe operária e demais oprimidos por salário, emprego e melhores condições de vida, pois a corrupção é apenas mais uma das mazelas produzidas pelo capitalismo putrefato. Romper com as ilusões democráticas e avançar na luta pelo socialismo. Para tanto, torna-se urgente a construção o partido revolucionário no Brasil e em todos os países do mundo.

Saiu o número 10 do boletim nacional da Corrente Proletária Estudantil.

**Mostra a
necessidade de
mobilização para
arrancar 10% do PIB
para a Educação**

**Adquira o seu com
o distribuidor deste
jornal.**

Governo do PT realiza congresso Internacional de Educação em Osasco-SP

No período de 5 a 7 de outubro foi realizado no município de Osasco o 2º Congresso Internacional de Educação, promovido pelo governo petista, Emídio de Souza.

O congresso, que teve como tema: “Currículo do povo que educa”, contou com a participação de aproximadamente 8000 participantes, dentre eles trabalhadores da educação do município (professores, funcionários e gestores), representantes de ONG’s ligadas à educação e profissionais do Instituto Paulo Freire, responsáveis pela organização do evento.

Todo o evento esteve organizado sobre os eixos de três conferências, cada uma norteando um dia do congresso:

I) Currículo do Povo que Educa; II) Mídia, Ética e Educação e III) Cultura, Arte e Educação.

A abertura no dia 5 foi realizada apenas com a participação de autoridades - representantes diretos do governo, convidados e representantes do trio gestor (secretária da educação, diretores, vice-diretores, coordenadores e outros cargos comissionados).

No dia 6 foi aberta a participação de todos os professores das EMEI’s e EMEF’s, ficando de fora neste dia apenas os professores das creches. Após o credenciamento, pela manhã, todos os participantes foram direcionados a conferência II- Mídia, ética e educação coordenada por Moacir Gadotti com a participação dos palestrantes Emir Sader (Brasil) e Carlos Alberto Torres (EUA).

Nesta palestra, as falas direcionavam e acabavam por concluir que a mídia é o principal obstáculo para uma “educação emancipadora”, pois exerce um controle pela ideologia dominante, e que, portanto todos precisariam se organizar para se apropriar do controle da mídia, na tentativa de democratizá-la. Não houve debate nenhum ao longo do congresso, pois não foi aberta a intervenção dos participantes, apenas era possível encaminhar perguntas por escrito à mesa.

As demais atividades foram organizadas em pôsteres, apresentações culturais e painéis temáticos, todos dirigidos pela ONG Mais Diferença, professores que inscreveram e tiveram suas apresentações de práticas pedagógicas aprovadas pela comissão organizadora do evento e pelos convidados do Instituto Paulo Freire. Todos os temas apresentados giravam em torno do currículo, da alfabetização, da diversidade, da sustentabilidade e da cidadania desde a infância.

Por fim, o congresso foi finalizado com a conferência Cultura, Arte e Educação, pelos palestrantes Gaudêncio Frigotto (Brasil), Cruz Prado Rojas (Costa Rica) e Maria Vitoria de Mesquita Benevides (Brasil), também sem abertura para o debate sob a intervenção dos trabalhadores.

A quem serviu este congresso

Parece óbvio que um congresso organizado pelo governo, sem a participação dos trabalhadores em sua organização e sem a possibilidade de intervenção dos trabalhadores ao longo do congresso, sirva única e exclusivamente ao próprio governo, para sustentar sua política educacional reformista.

No entanto, além da intenção óbvia, o governo petista em

Osasco, utilizou este congresso para manter as ilusões dos trabalhadores na possibilidade de uma educação que tenha um papel emancipador para o povo nos marcos do capitalismo. Não é atoa que em uma conjuntura de crises, política e social e econômica (estrutural do sistema capitalista) a burguesia e seus aliados (governos) se utilizem de táticas/métodos para desviar a luta de classes.

Na verdade neste congresso o governo coloca em prática sua tática distracionista, se utilizando do método democrático burguês para desviar os trabalhadores da luta pelas reivindicações econômicas colocadas no primeiro plano pela própria crise. Desvia a luta dos trabalhadores da ação direta para a via pacifista/ democrática.

Diante de um levante das massas, no mundo todo, no Brasil com inúmeras greves (inclusive em Osasco), todas derrotas pela truculência dos governos e seus aliados (burocracia sindical) o congresso é apresentado como uma alternativa, de diálogo, de negociação pacífica, no plano das idéias.

Além disso, o governo ainda se aproveitou do congresso, descaradamente, para fazer propaganda eleitoral do PT e de sua política implantada no Brasil por meio dos governos de Lula e Dilma, enaltecendo que a política econômica dos dois governos colocou o Brasil em posição favorável diante da crise.

Intervenção da Corrente Proletária na Educação

A Corrente Proletária na Educação interveio no congresso com manifesto aos trabalhadores denunciando a estratégia de utilizar o congresso para mascarar os ataques aos direitos e o arrocho salarial impostos pelo governo do PT em Osasco, bem como pela intenção de manter as ilusões democráticas dos trabalhadores na política reformista e privatizante para a educação.

Principais bandeiras defendidas pela Corrente Proletária na Educação no congresso:

- A garantia do emprego e estabilidade a todos os trabalhadores, por meio da Escala Móvel das Horas de Trabalho (divisão das horas de trabalho entre todos os aptos, sem redução de salário);
- Um salário que garanta a vida dos trabalhadores, levando em consideração todos os gastos para manter uma família (alimentação, moradia, transporte, vestimenta, saúde, educação, etc.), calculado pelos trabalhadores (Salário mínimo Vital);
- Melhores condições de trabalho, levando em consideração principalmente a redução da jornada de trabalho, a redução do número de alunos por sala e financiamento integral da educação pelo Estado sobre controle dos trabalhadores.
- Ensino público, gratuito, laico, científico, vinculado a produção social; o que significa o fim da coexistência do ensino público com o privado;
- Unidade política e organizativa dos trabalhadores sobre um mesmo programa de reivindicações e plano de lutas (com os métodos da ação direta e da democracia operária).

Balanço do IX Congresso da UFSCar

De 7 a 9 de outubro aconteceu o IX congresso dos estudantes da UFSCar, contando com a participação de aproximadamente 30 estudantes (sendo 24 os que votaram) dos campi de São Carlos e Sorocaba. Não houve representantes de Araras e participaram também estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Os temas discutidos foram conjuntura e educação (com a participação de um professor associado ao ANDES-SN), opressões, código florestal e questão agrária, problemas estruturais da UFSCar e IFSP, entidades nacionais e estatuto do DCE.

O Congresso foi convocado para ajustar o estatuto do DCE à criação dos novos campi da UFSCar, principalmente o IFSP. Foi uma decisão da direção provisória do DCE, do Conselho de Centros Acadêmicos e principalmente da Comissão de Organização. Dessa forma, os debates realizados se limitaram à intervenção de uma vanguarda que impulsionou a realização do Congresso.

ANDES assume que sair da greve foi um erro

No primeiro dia de congresso, um professor do ANDES-SN, convidado para participar da mesa Educação e Conjuntura, assumiu que foi um erro do sindicato ter aceitado os 4% de reajuste salarial propostos pelo governo, alegando principalmente que tal reajuste seria apenas para 2012, sendo que neste ano a inflação já ultrapassou os 7%. O que não foi reconhecido é que a saída dos professores da greve significou o isolamento dos funcionários técnico-administrativos, que ficaram 120 dias em greve. Diante da intransigência do governo, só alcançariam a vitória com uma greve unitária e ativa, tomando as ruas e pressionando o governo. Esteve ausente uma ação do movimento estudantil para consolidar a unidade real. A direção da UNE, governista, manteve os movimentos que aconteceram durante a greve isolados e dispersos.

Código Florestal e Questão Agrária

Ainda no primeiro dia, aconteceu o grupo de trabalho (GT) sobre Código Florestal e Questão Agrária, onde foi debatido que as antigas características do Brasil colônia ainda permanecem vigentes, como os grandes latifúndios e a monocultura como cultivo majoritário. Discutiu-se também o uso indiscriminado de agrotóxicos. A reforma do código florestal esteve em pauta: trata-se do resultado da pressão exercida pelos ruralistas, pelo agronegócio e empreiteiras, cuja aprovação trará retrocessos econômicos, sociais e ambientais.

A Corrente Proletária Estudantil participou defendendo que sob o capitalismo não é possível preservar o meio ambiente, porque a preservação pressupõe limitações à valorização do capital. O Código Florestal expressa o poder dos latifundiários que se impõem por meio da pressão parlamentar e por meio do assassinato de todos aqueles que se opõem aos seus interesses. Defendemos que o movimento estudantil se coloque em defesa da vida de todo trabalhador do campo, em defesa da criação de um comitê popular para julgar todos os crimes cometidos e levantamos a bandeira da expropriação, sem indenização, de toda a propriedade privada da terra, raiz da opressão e exploração no campo.

Problemas Estruturais da UFSCar e IFSP

No segundo dia de congresso, teve uma mesa de Problemas Estruturais da UFSCar e IFSP composta por um funcionário de São Carlos, um representante da FASUBRA e um estudante de cada cam-

pi presente. Num primeiro momento, foram expostos os problemas enfrentados por ambas as categorias; do lado dos trabalhadores, mostrou-se que há uma tendência de enxugamento do quadro de funcionários, com o fim de alguns cargos e aumento da terceirização, acarretando numa sobrecarga dos servidores, sem contar a carência por creches e as precárias condições de trabalho; falou-se sobre a greve dos técnicos administrativos, defendendo-se que não se tratou de uma reivindicação puramente econômica, mas uma luta pelos direitos que desde 2007 o governo havia prometido, mas não cumpriu.

Do lado dos estudantes, discutiu-se o problema do Reuni, que aprofunda o sucateamento, que vincula a destinação de verbas à implementação dos pacotes da reforma. Falou-se dos problemas mais imediatos, como o caso dos estudantes do IFSP que não possuem representação no DCE, não possuem CA e por isso encontram dificuldades em se organizar; os estudantes de Sorocaba apontaram inúmeros problemas sentidos diariamente, tal como o inchaço da universidade, cuja estrutura foi projetada para sete cursos e hoje possuem 14, sendo que muitos, como administração, até há pouco tempo possuíam apenas três professores. O campus também não possui ambulatório médico, sala de estudo, moradia estudantil insuficiente e longe da universidade.

Esses problemas indicam a necessidade da mobilização dos estudantes pelos seus problemas mais sentidos, e que essa mobilização deve avançar para o enfrentamento à política educacional do governo, privatista e elitista.

A Corrente Proletária Estudantil defendeu que os problemas apresentados possuem suas raízes na propriedade privada da educação, cuja solução viria pelo fim da coexistência entre o ensino público e privado por meio da expropriação, sem indenização, de toda a rede privada de ensino. A luta em defesa da universidade pública deve se dar pela unidade entre os que estudam e trabalham, pondo em prática o método da ação direta, com atos passeatas, greves, piquetes etc.

Defendemos que a burocracia universitária é uma correia de transmissão da política privatista da universidade, e que para conquistar as reivindicações dos estudantes e trabalhadores é preciso se apoiar nas próprias forças do movimento e não na conciliação com a burocracia, pois a universidade reflete a sociedade de classe em que prevalece os interesses da classe dominante. A prática da conciliação, comum a muitas correntes aparelhistas e oportunistas, deve ser rechaçada pelo movimento universitário.

Defendemos também o fim do vestibular, cuja existência se explica pela falta de vagas, tratando-se de mais um filtro ao acesso ao ensino superior.

A que serviu o congresso

Esse congresso serviu para intensificar as discussões sobre os temas propostos e fortalecer a militância dos que estavam presentes. Por outro lado serviu também à mudança do estatuto, principalmente no que tange a representatividade do DCE e para a campanha dos 10% do PIB para a educação já, defendida pelo PSol e PSTU.

A mudança no estatuto serviu principalmente para a inclusão dos estudantes do IFSP à representação do DCE, assim como a participação na sua gestão. A Corrente Proletária Estudantil defendeu esta reivindicação por ser absolutamente legítima. No entanto, fizemos a crítica ao método como o congresso foi convocado, chamado com apenas uma semana de antecedência, e com o dia limite para a inscri-

ção das teses a dois dias antes do início do congresso. Esses atropelos impossibilitaram as eleições de delegados, o que garantiria a discussão, disputa de posições e expressão de cada uma delas de acordo com sua força no interior do movimento, além de uma representatividade proporcional entre os diferentes cursos distantes geograficamente entre si.

O refluxo do movimento não pode ser utilizado como justificativa para legitimar um congresso esvaziado. É necessário que seja feita uma divulgação massiva, passando em sala de aula, colando cartazes, fazendo campanha das teses, convocando debates etc., para que os estudantes tomem conhecimento da existência do congresso e participem dele, do contrário é especulação, uma avaliação abstrata e a priori. O congresso expressará concretamente a mobilização que existir se houver um trabalho pré-congressual. Do contrário, será a expressão de uma minoria, descolada das bases, independente da legitimidade das reivindicações.

10% do PIB

Quanto à campanha levantada pelo PSol e PSTU, os 10% do PIB para a educação foi recebida pelos presentes como uma bandeira artificial e desvinculada à seus problemas mais imediatos como falta de moradia, de professores, filas enormes no RU etc. Isso porque não houve uma discussão anterior que relacionasse as questões locais com as mais gerais, nem acerca da relação dos 10% do PIB com o Plano Nacional da Educação (PNE), do qual é parte, tornando a discussão superestrutural. A bandeira de 10% do PIB foi formulada pela direção da UNE (PCdoB) como meio de negociar no quadro da aprovação do PNE. A oposição da UNE e a Anel aprovaram a mesma bandeira, com o reparo de ser aplicada imediatamente e apenas para as instituições públicas, usando o método passivo do plebiscito nacional como mecanismo de pressão.

A Corrente Proletária participou dos congressos da UNE e Anel defendendo que o movimento se colocasse contra o PNE privatista e excludente e defendesse o ensino público e gratuito a todos, empunhando a bandeira da expropriação sem indenização de toda a rede privada de ensino. A natureza da crise da Educação não é de falta

de verbas, embora possamos constatar cotidianamente os reflexos do estrangulamento orçamentário, especialmente nas públicas. O problema está na submissão do setor educacional aos interesses privados, que impõem um ensino adaptado às demandas do mercado. Tal adaptação reforça a aberração anti-científica, um ensino descolado da realidade, que separa teoria e prática.

Denunciamos o caráter distracionista da bandeira dos 10% do PIB por parecer descolada do programa de combate ao ensino privado. Mas, os congressos aprovaram a bandeira dos 10% do PIB como central, e o que se trata agora é de trabalhar para conquistar essa reivindicação com a mobilização geral, centralizada e unitária dos estudantes, enfrentando o governo de Dilma / Haddad.

Essa bandeira será inócua se não estiver sustentada por uma grande mobilização dos que estudam e trabalham. A campanha fraca das entidades dirigidas pelos governistas junto aos estudantes demonstra a sua indisposição em pressionar o governo por meio da mobilização. Seu interesse é negociar aspectos do PNE, que possui uma essência privatista e excludente que não pode ser modificada com emendas parlamentares. Esta prática eleitoral visa a disputar a base estudantil sem se chocar com a propriedade privada, deixando o movimento estudantil a reboque do governo, cuja política é atender os interesses do capital privado, tendo como consequência o sucateamento e a privatização do ensino público.

Conclusão

O Congresso serviu para debater os grandes problemas colocados para o movimento estudantil na UFSCar e colocar a unidade organizativa dos estudantes com o IFSP, mas careceu do debate prévio nas bases. É preciso trazer o debate realizado no Congresso ao conjunto dos estudantes e trabalhar pela organização do movimento. Os problemas existentes devem servir como pontos de apoio para construir essa mobilização. A resposta correta a eles e a organização dos estudantes a partir de sua mobilização criarão as condições para se construir uma direção de luta. Convocamos a todos que concordam com esse balanço a construir a Corrente Proletária conosco.

Unesp: mais um congresso que virou plenária

De 23 a 25 de setembro, deveria ocorrer, em Presidente Prudente, o XX Congresso dos Estudantes, que elegeria uma chapa para o DCE. Mas, não houve inscrição de chapa e não se atingiu o quórum. Acabou se transformando numa plenária dos estudantes da Unesp e Fatec.

O primeiro dia teve uma mesa sobre movimentos sociais e teve como pontos principais os movimentos de greve, fragmentação sindical e a repressão do Estado, como a lei anti-greve, os assassinatos no campo e as ameaças. No segundo dia, foram dados os informes dos 11 campi participantes, com cerca de 90 pessoas.

Os informes evidenciaram que não faltam motivos para enfrentar a burocracia universitária e os governos. Mostram, como nos casos de Botucatu, Araraquara e Rosana, os cho-

ques entre as reivindicações estudantis e a burocracia servil dos governos, que responde com repressão ao movimento. Este, apesar de fragilizado por sua desorganização, ainda se mostra vivo. Por isso, a Corrente Proletária defendeu nessa plenária a formação de uma frente para articular e impulsionar o movimento estudantil da Unesp-Fatec.

A plenária aprovou um calendário de lutas e uma comissão para articulação entre os campi, que deve atuar como uma frente. A reorganização será fruto dos estudantes em movimento por suas reivindicações, utilizando os métodos de ação direta tomados da classe operária – paralisações, ocupações etc.. Como demonstraram os estudantes em Rosana, que realizaram manifestações nas ruas, chamando as massas para luta pela universidade pública.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Diretoria da APEOESP e a política dominante para a educação

No dia 30 de setembro, ocorreu mais uma reunião da Diretoria da APEOESP. Embora seja composta proporcionalmente entre as chapas 1 (Articulação e ArtNova/PT e CTB/PCdoB) e 2 (PSTU, PSOL, POR e outros grupos de independentes), como sempre a mesa foi conduzida pelo PT (Articulação e ArtNova).

Trata-se de uma diretoria composta por mais de 100 membros, entre Diretoria Executiva e Diretoria Estadual, em um sindicato com mais de 150 mil filiados, o maior do país. Dirigido pela burocracia cutista, reflete em seu interior o processo de estatização e destruição da democracia operária. O fato de, na mesa condutora dos trabalhos, não contar com a presença da oposição demonstra o tipo de proporcionalidade existente.

Entre os pontos discutidos, foi apresentado um informe pela presidente do resultado das negociações com o governo. Nada de concreto ou de substancial foi levantado, o que demonstra que a política do lobby parlamentar e da negociação sem mobilização conduz, mesmo para os parâmetros tão rebaixados da burocracia, a nada. Essa preocupação apareceu na fala dos burocratas.

Alguns problemas são imediatos na rede estadual: não recomposição das perdas salariais que já se acumulam há mais de 10 anos; as formas de contratação precária (provas de seleção e divisão por meio de categorias regidas por leis diferentes); a falta de aulas para efetivos e contratados; a destruição de direitos trabalhistas; a reforma do Ensino Médio; e, mais recentemente, as propostas de dividir as férias de janeiro em dois períodos e modificar as regras da aposentadoria integral.

Fora os informes que evidenciam o beco sem saída a que leva a política distracionista e desmobilizadora da Articulação, foi feita uma discussão sobre as mudanças no Ensino Médio.

Nessa discussão revelou-se o grau de dependência da burocracia não só com o discurso do Estado, mas também com as proposições de intelectuais e acadêmicos, os quais são pagos para fazer proselitismo e legitimar de forma tangencial o discurso dominante sobre a educação.

Concepção de escola e política educacional

O governo diz que os métodos de ensino não são atrativos aos estudantes e que é preciso reformulá-los. Com isso, ele responsabiliza, por um lado, os trabalhadores da educação e, por outro, implementa mudanças que garantem a entrada do ensino a distância (como no caso do ensino médio técnico) e que dividem os professores na discussão das aulas (no caso da proposta de matriz curricular para a rede).

A direção petista, na tentativa de se diferenciar do governo do PSDB, recorre aos acadêmicos para formular a sua proposta de mudança. Foi isso o que se deu na última reunião da Diretoria. Foi apresentado um documento, assinado por duas especialistas da USP, que tinham “considerações iniciais” sobre a Reforma.

O documento também serviu à discussão, posterior, no dia 11 de outubro, nas reuniões de representantes nas subseções es-

palhadas pelo Estado. Ele refletia essa adaptação da burocracia ao discurso hegemônico sobre a educação.

Poucas vozes, mesmo da Oposição, se ergueram contra a lógica que responsabiliza o “tipo de ensino” (e, por consequência, os próprios professores) pelo fracasso nesse nível da escolarização.

Há quase que um consenso de que, embora o governo seja autoritário no debate da Reforma, a discussão em si é necessária, e que a discussão da grade curricular é deve ser feita para resolver problemas pontuais, como a desigual distribuição de aulas entre as disciplinas.

A fala da Corrente Proletária/POR foi a única a destacar que é preciso rejeitar a noção de que o ensino não é atrativo e que é desmotivador, sendo essa a causa do fracasso escolar. Governo, burocracia sindical e intelectuais da academia convergem em um mesmo ponto de vista.

Defendemos, nessa reunião, que o governo, com a Reforma do Ensino Médio, objetiva, primeiro, manter o método autoritário de interferir sobre a organização do ensino, que deveria ser de responsabilidade apenas dos que trabalham e estudam nas escolas; segundo, culpabilizar, por antecedência, novamente os professores e demais trabalhadores da educação por mais essa mudança que aprofundará o fracasso escolar; terceiro, reforçar a concepção de que o que é preciso mudar não é a escola existente, que é capitalista e reflete todas as contradições sociais, mas as pedagogias e métodos de ensino que nela são aplicados.

Afirmamos que o ponto de vista dos trabalhadores deve partir da defesa da juventude e dos trabalhadores da educação. O ensino fracassa, particularmente nesse nível, pela impossibilidade de a maioria conseguir conciliar ensino e trabalho, o que conduz às altas taxas de evasão e repetência e pelas condições de violência social em que estão inseridos os estudantes e a própria escola. A exploração do trabalho, a pobreza das famílias, a separação do ensino das atividades produtivas (e das ciências nelas incorporadas) são a causa do fracasso escolar e esses não são aspectos marginais, mas centrais da escola, constitutivos de sua natureza de classe. Nenhum debate em torno das pedagogias, da distribuição das disciplinas pode se opor ao processo de destruição do ensino na sociedade atual.

Essa crítica foi acompanhada de propostas: defesa da juventude com a bandeira de 4 horas na produção e 4 horas no ensino; defesa do salário mínimo vital e da escala móvel das horas de trabalho; dedicação exclusiva a uma escola e em um só período de trabalho; defesa de salas de 25 alunos no máximo; melhoria na infraestrutura das unidades escolares.

Por não expressar a democracia sindical, as propostas são apresentadas apenas para marcar as posições existentes. Nem se votam posições discrepantes. A política que irá aparecer em todos os boletins e materiais do sindicato é a política da Articulação/PT e essa, como vemos dia após dia, mais se parece com a política dominante para a educação, ou seja, a política governamental, a política burguesa.

Nesta edição:

- Bolívia: o governo pretende retomar a iniciativa em plena retirada
- Argentina: em 23 de Outubro chamamos a votar com as idéias da classe operária, que não tem lista ou candidato nesta eleição
- Irã é recolocado no centro das atenções
- Paraguai: governo decreta novamente estado de exceção
- Lênin e as classes sociais

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

O governo pretende retomar a iniciativa em plena retirada

Os compromissos do governo com o BNDS, a OAS e as multinacionais são demasiado sérios, já não pode voltar atrás, apesar da pressão social ameaçar levá-lo para a beira do precipício. O crédito para financiar a construção da estrada foi acordado em condições injustas para o país, o contrato para a construção da estrada está supervalorizado e foi assinado violando a Constituição Política, pois não houve uma consulta prévia aos indígenas, desconhecendo seus direitos, as concessões às multinacionais petrolíferas comprometem quase um terço do TIPNIS e as concessões para a mineração e para as madeiras são aspectos importantes da política econômica. Esta é também a razão pela qual o “diálogo” (tantas vezes fracassado) com os indígenas foi utilizado em diferentes pontos da marcha apenas como uma distração, porque nunca concordariam com a possibilidade de modificar o traçado da estrada.

No conflito do TIPNIS o governo se põe nu, como um agente do imperialismo e servo das empresas nacionais privadas. Descartou sua imagem internacional de “protetor da mãe terra” e dos direitos dos indígenas e não teve dúvida em propiciar a destruição do parque, ameaçando a existência de várias nacionalidades que vivem na região.

Nestas condições, seria ingênuo pensar que, na chegada da marcha a La Paz, o governo de Evo Morales facilmente cederia em uma mesa de negociações. Ao contrário, por tudo o que ele está preparando, revela a intenção de usar a violência por meio de organizações sociais politicamente controladas, para conter não só a marcha indígena, mas a possibilidade de grandes manifestações em La Paz e no interior. A marcha de defesa ao chamado “processo de mudança” no dia 12 de outubro (que para organizá-la, decretou um bônus de 1000 Bs para os funcionários públicos, além do desperdício de recursos do Estado com o traslado dos trabalhadores das frentes de trabalho, dos produtores e dos colonos até La Paz); é para dar a impressão de que ele não perdeu apoio popular obtido nas últimas eleições. Em última instância, procura criar um clima de confronto com o objetivo de intimidar e arrastar setores da classe operária e da classe média que rapidamente passou para a ofensiva contra o governo assimilando a bandeira do TIPNIS e elaborando suas próprias reivindicações.

Parece incompreensível que o governo pretenda recorrer à violência para conter a agitação social quando seu aparato de repressão, como a polícia, está em rebelião aberta, situação que é agravada pela remoção do Subcomandante e se anunciam processos a outros oficiais de patente mais baixa, devido à repressão em Yucumo.

As perspectivas para o governo se tornam cada vez mais sombrias.

Internamente, o aparelho oficial desmorona sob a pressão social externa. Surgem vozes de descontentamento entre os parlamentares pró-governo, renúncia de ministros e funcionários de escalão inferior. Vozes de protesto aparecem entre os setores sociais controlados pelo governo como os produtores de coca que expressam o mal-estar na erradicação forçada da folha no Chapare. Além de setores da vanguarda dentro do TIPNIS, quando objetivamente perderam toda a capacidade de ação dos colonos interculturais, que pretendiam parar a marcha indígena na passagem pelo seu território, entre Palos Blancos e Caranavi.

Não se descarta a possibilidade de que um governo assediado pela agitação social, que cresce incessantemente, pode se aventurar a ter medidas desesperadas como o estado de sítio com o propósito de decapitar as organizações sindicais e sociais claramente opostas ao regime. Seria uma espécie de expurgo estalinista para remover toda corrente revolucionária do movimento operário e popular.

Toda a estrutura de argumentos que vêm se desenvolvendo, (cada vez que as contradições sociais se intensificam, como agora de sustentar que todo movimento social opositor é alimentado e financiado pela embaixada dos Estados Unidos, pela direita nativa ou de que a extrema direita e a extrema esquerda se uniram para derrubar o governo da mudança, e assim por diante) sugere que, baseados em falsificações grosseiras, possam ser montados processos monstruosamente cínicos usando um sistema judiciário totalmente controlado.

A denúncia da possibilidade do Estado de Sítio deve vir no sentido de preparar as massas que estão mobilizadas para derrotar nas ruas a possível investida repressiva do governo.

A experiência nos mostra que tais medidas desesperadas adotadas pelos governos da classe dominante para conter distúrbios sociais voltam-se muitas vezes contra seus algozes. Tudo depende do grau de radicalização dos manifestantes e da amplitude e profundidade de suas ações.

Em muitos casos, as massas insurgentes concluíram expulsando seu carrasco como ocorreu recentemente com o governo de Goni Sanchez. Pode ser que todas as iniciativas do governo nesse sentido tornem-se um bumerangue que acabem por esmagá-lo, principalmente agora, que seu aparato repressivo está bem desorganizado e as mobilizações de setores sociais que ele controla (dentro das quais também existe desconforto), podem desaparecer no primeiro vendaval social.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2238, de 14/10/2001)

Sejam bem vindos os marchistas indígenas! Os que enfrentaram o governo vendido!

Os valorosos indígenas lutaram por sua autodeterminação contra o governo de Evo, “o Bruto”, também conhecido como o governo “sócio das multinacionais”. Este é o caminho que deve seguir a nação oprimida pelo imperialismo para se libertar.

Enquanto os políticos sem vergonha do MAS, da Unidade Nacional, do Movimento Sem Medo e outros delinquentes que se ajoelham diante do imperialismo e das multinacionais, usando as eleições judiciais como tribuna para conseguir um lugarzinho no palácio do governo, são as nacionalidades indígenas do TIPNIS, os trabalhadores assalariados, os explorados, ou seja, toda a nação oprimida pelo imperialismo que, nas ruas, marcham e se rebelam contra seus opressores. Nós, plebeus, agora mandamos ao diabo a “democracia” boliviana, com suas intermináveis fraudes, subornos, corrupções, constituições e leis fajutas, porque sentimos no nosso corpo a traição, a humilhação e a fome que trazem as eleições, juntamente com os governantes vende-pátria: Goni, Banzer e Evo, todos bastardos da mesma forma. Porque o voto não nos serve.

O Juiz, o Magistrado, o Procurador, assim como o Deputado, o Senador e o Presidente são funcionários dos patrões nacionais e estrangeiros que, com seu poder econômico: a propriedade privada dos grandes bancos, indústrias, fazendas, minas, petróleo, gás, etc., mandam acima da justiça, da lei e sobre os puxa-sacos do MAS. Toda a nação oprimida será libertada apenas quando tirarem desta minoria exploradora sua grande propriedade privada transformando-a em propriedade social, quando impormos o nosso governo operário e camponês, a nossa própria lei e justiça. Isso se chama de revolução social, ditadura do proletariado.

**** Viva a auto-determinação das nações oprimidas!!!!!!**

Depois do impostor Evo devemos retomar o caminho da Assembléia Popular de 71, de nos governar através dos cabildos abertos e das assembléias com representantes revogáveis, que só ganham o que ditam as suas bases.

Isto é o governo operário e camponês ou Ditadura do Proletariado: Ampla democracia para a maioria e ditadura para a minoria exploradora.

Revolução Social é tirar-lhes suas grandes propriedades privadas do imperialismo (multinacionais) e da burguesia boliviana vende-pátria (empresários e latifundiários), sem pagar indenização. Ao estatizá-las, se transformarão em propriedade social que, sob o controle dos operários e camponeses, darão pão e trabalho para todos. Este é o socialismo, caminho para o comunismo.

**** Abaixo o governo vende-pátria e a burocracia sindical vendida!!!!!!**

Vamos fortalecer o pacto intersindical de professores, trabalhadores da CNS, médicos e outros para lutar. Liquidemos com os traidores da COB, federações e confederações com assembléias e comitês de greve a partir das bases, tendo como base as Teses de Pulacayo e a independência sindical.

**** Por empregos permanentes e um salário mínimo vital com escala móvel!!!! Que cubra o custo da cesta básica familiar e que suba com ele.**

**** Derrotar a burguesia vende-pátria e expulsar as multinacionais!!!!**

Com o Partido Operário Revolucionário rumo ao socialismo!

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2238, de 14/10/2001)

A atual mobilização potencia a direita?

A velha e incapaz direita encarnada na “Meia Lua”, morreu. O MAS é a nova direita que encarna plenamente os interesses materiais do imperialismo e da classe dominante nativa. A luta atual dos explorados é acabar com o governo de direita e todos os seus asseclas.

Muitas vezes ouvimos dos governantes, dos parlamentares da situação, e dos dirigentes sindicais controlados pelo governo de que a mobilização que está sendo feita atualmente pelos explorados contra o governo e que a cada dia cresce de forma incontida potencia a direita. Nos boletins que as marionetes do governo circulam e que dizem se chamar “Partido Comunista” dizem que os pólos opostos, a ultra-esquerda e a ultra-direita uniram forças para derrubar um governo democrático, popular e até mesmo revolucionário.

Para que colocam com tanta frequência esta mentira nada criativa e original? Para assustar aqueles que lutam, para desorientá-los e colocá-los a favor do governo. Partem da idéia equivocada de que a raiva atual das massas é temporária e que em breve voltarão a se submeterem aos mandos oficialistas. Manejam com o fantasma da direita e das ditaduras para voltar a submeter os bolivianos ao governo serviçal das multinacionais e das empresas privadas nacionais.

Os trabalhadores deste país precisam ter certeza de que a

estúpida direita encarnada na “Meia Lua” já está derrotada e sem programa próprio que a diferencie do governo, suas bandeiras foram expropriadas pelo governo do MAS e a maioria de seus líderes ou estão na cadeia purgando seus furtos ou no exílio, aqueles que ainda estão à solta (incluindo alguns parlamentares ou os reencarnados no Movimento Sem medo - MSM) perderam toda perspectiva e toda a iniciativa. Eles não são mais uma referência política para ninguém, portanto, já não constituem um perigo neste país.

Isso significa que a direita desapareceu? Não, isso não pode acontecer. Enquanto as multinacionais imperialistas atuarem no país, enquanto existirem empresários privados sanguessugas, enquanto sobreviver a classe dominante opressora, haverá a direita, que é sua expressão política para controlar o Estado e seu governo, isto com a finalidade de por a salvo suas propriedades e seus lucros do perigo dos famintos e despossuídos que se rebelam diariamente. E qual é a expressão política dessa nova direita que se deslocou da velha “Meia Lua”? É o MAS e seu governo. Eles são os que melhor encarnam os interesses materiais da classe dominante nativa e do imperialismo. A confirmação do que dizemos é que agora estão tirando grandes vantagens - como nun-

ca antes - à custa da exploração e da fome da maioria da população. Esta é a razão pela qual Evo Morales proclama ao mundo todo que o Estado boliviano é “sócio das multinacionais” e se dá muito bem com a CAINCO (Câmara da Indústria e Comércio de Santa Cruz) e com os empresários do setor privado em geral.

Um governo que não hesita em reprimir os explorados quando exigem melhores condições de vida, empregos, mais pão, educação e saúde; um governo capaz de reprimir aqueles que o colocaram no poder para cumprir o seu compromisso de entregar para as multinacionais os recursos naturais do TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure).

Aos falsos comunistas, e aos papagaios oficialistas como o

vice-ministro Navarro e o vice-presidente, que nunca se cansam de lançar insultos contra o POR, devemos responder: quer mais à direita do que o MAS e seu governo? O imperialismo e o empresariado privado no país descobriram no governo do MAS, a melhor garantia para seus investimentos e continuar espremendo o sangue e o suor dos explorados. Aos estalinistas contra-revolucionários (que se incrustaram em todos os níveis do atual governo e desempenham o papel de fura-greve e agentes patronais no seio das organizações operárias e sociais), lembramos-lhes que já são um cadáver político que carregarão o fracasso de um governo anti-operário e pró-imperialista, e esse é o preço de seu oportunismo.

(Extraído do Masas Boliviano nº 2237, de 07/10/2011)

A mobilização e o salto na consciência das massas

Depois da embriaguez nas ilusões democráticas e das possibilidades libertárias do governo do MAS, é um fato indiscutível que estamos vivendo um processo no qual os explorados se emancipam politicamente do controle do governo. Este processo está se tornando mais rápido porque a crise do capitalismo está começando a castigar o país e o governo é incapaz de satisfazer as necessidades vitais da população, pois a receita do Estado está se tornando escassa, devido à queda dos preços das matérias-primas no mercado mundial.

No final do ano passado, com o gasolinaço, e no início deste ano, com a luta salarial, se produziram os dois primeiros grandes confrontos entre os explorados e o governo. Grandes setores de assalariados, de camadas da classe média e do setor indígena dos explorados do campo se convenceram de que o governo, cada vez mais, está se voltando para a direita, defendendo os interesses das multinacionais e dos empresários locais; seu caráter anti-operário e anti-nacional se aprofunda. Os explorados deram um salto na sua consciência e tudo aponta na consolidação de sua independência política, um processo que é impulsionado pela aprovação da tese política mineira, que significou a ruptura da vanguarda proletária com o governo.

Agora estoura conflito no TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Secure). Os explorados encontram uma forma de canalizar o seu desconforto. Este problema é agravado pelo cinismo e estupidez com que o governo busca deslegitimar a mobilização indígena com argumentos grotescos que a população não engole, culminando em uma covarde repressão que, longe de conter a marcha, a impulsiona de uma forma surpreendente e serve como catalisador para a mobilização nacional.

O POR, (ao contrário dos ambientalistas das frações políticas direitistas e dissidentes do governo, que não vão além da solidariedade com os indígenas e da defesa da flora e fauna do parque) se esforça para explicar o verdadeiro significado político deste conflito. Ressalta que se trata de uma manifestação das contradições da pequena e grande propriedade privada contra todas as formas de propriedade comunal consubstanciada nos povos originários em luta. Denuncia que, no fundo do problema, está o fato de que o governo, com a abertura da estrada, tem como objetivo materializar a entrega a baixo custo os imensos recursos hidrocarboníferos, minerais e florestais ao imperialismo.

O acerto neste processo é que os diferentes setores que se incorporam ao movimento o fazem reivindicando seus próprios objetivos que visam a resolver seus próprios problemas

gerados pela crise econômica. Assim, as ações dos explorados têm um marco de unificação nacional: é o TIPNIS e os problemas vitais de cada setor. A limitação é que não se alcançou ainda uma pauta única nacional de reivindicações que impulsiona os explorados para frente.

As manobras que o governo executa como a destituição de ministros, longe de parar a mobilização, impulsiona-a e a faz crescer como uma bola de neve. A marcha começou em Quiquibey e a de Suyus no Altiplano; já não encontra obstáculos no caminho e chegará fortalecida a La Paz, soldando-se às manifestações operárias e populares nas cidades, provocando saltos na situação política.

Que nível os explorados alcançaram no desenvolvimento de sua consciência? Esse processo é ao mesmo tempo acumulativo e contraditório, o desenvolvimento das lutas sociais nos ensina que tudo o que é adquirido em experiências anteriores não é perdido e os diferentes setores não se movem no mesmo ritmo.

Dois dados importantes devem ser levados em conta: os protestos de rua superaram o problema que se expressava na pergunta “e após Evo o que virá”? Este era um obstáculo na mente das pessoas que, sem dizê-lo, mantinham o temor do retorno da odiosa direita ao poder. Agora, na mobilização as massas sem qualquer dificuldade, exigem a renúncia de Evo Morales. Por outro lado, em Oruro, o dirigente da Central Operária Departamental, Jaime Solares lançou a consigna de reinstalar a Assembléia Popular para instaurar o governo operário e camponês, consigna freneticamente aplaudida pela multidão. A consigna foi uma iniciativa dos mineiros de Huanuni. Ambos os eventos estão nos mostrando que os setores mobilizados rapidamente chegaram à conclusão de que o governo incapaz deve ser colocado de lado, mas os outros setores que ainda não aderiram à luta ainda estão presos pelo obstáculo.

É hora de lançar a resposta que os explorados de vanguarda estão esperando, estes que no desenvolvimento dos acontecimentos, arrastaram e dirigiram as camadas mais atrasadas.

Devemos apontar claramente que a luta deve ser destinada a estruturar uma nova ordem social baseada na propriedade coletiva dos meios de produção. Somente o governo operário e camponês, assentado nos órgãos do poder das massas, pode expulsar o imperialismo e seus lacaios internos, arrancar a Bolívia do atraso e da pobreza. Começamos o caminho para a revolução social e a condição para a vitória é o fortalecimento o POR como direção revolucionária.

(Extraído do Masas Boliviano nº 2237, de 07/10/2011)

Argentina

Com a eleição e no Congresso não se podem resolver as nossas reivindicações. Rejeitamos os oficialistas e os opositores.

Em 23 de Outubro chamamos a votar com as idéias da classe operária, que não tem lista ou candidato nesta eleição

O governo tenta apresentar a realidade como se estivéssemos no melhor dos mundos. Ele nos diz que, desta forma, estamos bem, que o “modelo” funciona.

Mas a realidade é uma só: a inflação está subindo cada vez mais e corrói nosso salário, apenas 10% dos trabalhadores ganham o equivalente à cesta básica familiar, mais da metade dos assalariados não atingem sequer metade desse custo, mais de 80% da população vivem em condições de extrema pobreza. O desemprego e o subemprego superam 15% dos aptos ao trabalho, 35% dos trabalhadores não estão regulamentados, centenas de milhares de trabalhadores continuam contratados, ou por agências ou terceirizados que não garantem os direitos de um trabalhador formal; mais de 80% dos trabalhadores aposentados recebem o mínimo (que representa cerca de um quarto do que é necessário para viver e muito menos do que recebe um trabalhador da ativa). A educação e a saúde pública são tão precárias e caras como sempre.

A redistribuição de renda funciona ao contrário, os ricos estão ficando mais ricos, os empresários têm lucros como nunca antes, e querem mais. São eles que levam o capital pra fora do país, que sonegam, que mantêm o trabalho precário, são eles que alimentam a inflação para ganhar com os reajustes salariais minguados. O dinheiro dos trabalhadores na Anses (Administração Nacional de Previdência Social) é desviado para as subvenções e empréstimos a empresários, no financiamento e pagamento da dívida externa. Estimula-se a expansão da soja que domina a maior parte das terras cultiváveis destruindo o ecossistema, esgotando o solo.

A maioria dos trabalhadores que votará nos candidatos do governo entende que, em comparação com todos os governos anteriores, o de Kirchner é melhor, e comparado com os candidatos da oposição que ameaçam atacar diretamente as conquistas populares, não hesitam em votar pela continuidade.

Nós dizemos que é uma armadilha do sistema nos levar a escolher entre o menor de dois males ou contra os piores. Porque todos eles (a situação e a oposição) defendem a propriedade privada dos meios de produção, defendem a dominação da economia por um punhado de multinacionais. As empresas e os recursos privatizados por Menem não podem ser mexidos, abrem a porta para a exploração indiscriminada da mineração. Ninguém diz na campanha que corresponde libertar nosso país da opressão imperialista, deixando de pagar a dívida externa, expulsando as multinacionais, nacionalização do comércio exterior e dos serviços bancários sem indenização, fim do latifúndio.

Ninguém diz tampouco que é necessário impor um salário e uma aposentadoria, que pelo menos corresponda à cesta básica familiar para todos, para acabar de vez com o desemprego repartindo todo o trabalho entre todos os trabalhadores aptos a trabalhar. Para acabar com o trabalho precário é necessário organizar uma greve geral. Não é votando que isso pode ser feito.

Essas vitórias não são alcançadas na mesa de negociação entre burocratas e empresários. Nem serão conquistadas com lutas isoladas. Alguns trabalhadores, com sua luta e organização, são capazes de impor melhores condições, mas eles ainda são minoritários. Mas é preciso generalizar essas conquistas para o movimento sindical como um todo.

Insistimos que não será votando, não será resolvido por alguma lei do Congresso. Como a história nos ensina, todas as conquistas foram obtidas com uma dura luta contra a burguesia e seus governos.

Alertamos: ante o agravamento da crise mundial, os capitalistas voltarão a golpear os trabalhadores para descarregar a crise nas costas dos trabalhadores, devemos impedir as demissões e as suspensões assim como a quebra de conquistas.

Alertamos: os trabalhadores que querem levantar a cabeça, se organizando, são brutalmente atacados pela burocracia e pelo Ministério do Trabalho, com perseguições, intimidações, processos, como ocorreram com os condutores da linha 60, com os metroviários, com os petroleiros, com os ferroviários, com os borracheiros da FATE, etc.

A burguesia se tornou antinacional, corrupta, parasitária. Não é verdade que todos nós temos os mesmos interesses. Nossos interesses são opostos e contrários aos dos capitalistas. A grande propriedade dos meios de produção é um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. Esses meios e todos os recursos naturais devem ser socializados para organizar a economia sob outras bases, para atender às necessidades de toda a população.

Outra classe, a classe trabalhadora, despojada, sem interesses materiais nesta sociedade tem de tomar o poder para transformar a sociedade. Deve-se ganhar a maioria dos oprimidos para essa perspectiva. Esta transformação só é possível por meio da revolução social. Não existe via pacífica e indolor para acabar com os privilégios e bens dessa minoria que dominou toda a economia. A classe operária não pode se contentar com que o explorem menos, deve pretender acabar com a exploração do homem pelo homem, acabar com o capitalismo que é decadência e podridão, e empurra a sociedade à barbárie em todas as suas formas. Não há nenhuma forma de iniciar a construção da nova sociedade, o socialismo, sem acabar com a ditadura da burguesia e o seu Estado, sem expropriar os grandes capitalistas, sem que as massas imponham a ditadura do proletariado (governo da maioria). Chamamos a se organizarem nessas bandeiras.

Bandeiras históricas da classe trabalhadora. Anule o seu voto com esse panfleto:

- * Salários e aposentadorias mínimos equivalentes ao custo da cesta básica familiar para todos os trabalhadores, ajustada mensalmente de acordo com a inflação real;
- * Fim de todas as formas de trabalho precário ou terceirizado;
- * Fim de todo o desemprego distribuindo o trabalho entre

todos os trabalhadores, sem prejuízo do salário;

- * Um plano urgente para a construção de 3 milhões de habitações públicas controlado pelos próprios trabalhadores;
- * Sistema único nacional de educação e saúde público e gratuito para todos. Fora com os capitalistas da educação e da saúde!
- * Recuperar todos os sindicatos e a CGT/CTA para os trabalhadores, expulsando a burocracia;
- * Fim dos processos a mais de 5.000 lutadores;
- * Tribunais Populares para julgar todos os crimes contra os trabalhadores e o povo;
- * Fim a política de proibição às organizações revolucionárias, plena legalidade para todas as correntes, sem a intervenção do Estado;
- * Basta de subsídios e empréstimos para os capitalistas com o dinheiro dos trabalhadores;
- * Não pagamento da dívida externa;
- * Nacionalização do sistema financeiro e do comércio exterior;
- * Expropriação sem pagamento de todas as empresas que Menem privatizou;

- * Liberar a nação de toda opressão imperialista;
- * Recuperar o petróleo, o gás, as refinarias, as minas, os lagos, o mar e todos os latifúndios para o patrimônio nacional; expropriação sem indenização a seus donos;
- * Recuperar as ilhas Malvinas, retorno da missão militar que está no Haiti a serviço dos EUA;
- * Pela expulsão de todas as multinacionais expropriando-as;
- * A conquista das reivindicações e a libertação da nação só são possíveis através da ação direta de massas, não por meio de leis, eleições, ou constituintes. Não devemos despertar nenhuma ilusão nesses métodos. Nós temos que confiar em nossa própria força;
- * Não é possível começar a construir uma nova sociedade, o socialismo, sem acabar com a grande propriedade privada e o seu Estado, para isso a classe operária deve construir seu partido revolucionário, capaz de criar uma frente anti-imperialista que permita unificar e dirigir a todos os oprimidos.

O P.O.R. não faz parte da “Frente de Esquerda e dos Trabalhadores”

Irã é recolocado no centro das atenções

Obama resolveu denunciar o governo do Irã como suspeito de tramar um atentado contra o embaixador da Arábia Saudita nos Estados Unidos, Adel al-Jubeir. Segundo o FBI, a investigação durou meses e apurou que dois agentes da Força Quads pertencente à Guarda Revolucionária do Irã – Manssor Arbabsiar e Gholam Shakuri – preparavam um ato terrorista com uma bomba.

O enredo de espionagem do FBI, que envolve narcotraficantes do México, com os quais supostamente os agentes da Quads estabeleceram relações, foi rechaçado pelo Irã. As provas não são convincentes, segundo a imprensa. A acusação foi lançada sem a devida demonstração.

Não apenas as provas não foram apresentadas como a lógica política não autoriza a suspeição. O Irã tem feito o impossível para se livrar do cerco norte-americano, que lhe tem imposto um duro isolamento internacional. Assassinar o embaixador saudita seria um ato de guerra. O que mais os Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita almejam é que o governo iraniano dê um só motivo consistente para pôr em marcha o plano de intervenção concebido pelo Pentágono.

Segundo o procurador-geral dos Estados Unidos, Eric Holder, trata-se de um plano conduzido por uma facção do governo iraniano. Deu a entender que o poder central não controla a Guarda Revolucionária. A Arábia Saudita exigiu punição internacional ao Irã. Tudo indica que a denúncia objetiva retomar a campanha imperialista contra a independência do Irã diante dos ditames norte-americanos.

George W. Bush havia estabelecido como uma das metas de sua política de “guerra ao terror”, traçada depois do atentado de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas, atacar o Irã. Antes haveria de destruir o regime nacionalista dos Talebans no Afeganistão e o do governo de Saddam Hussein, no Iraque. A sangrenta resistência dos afegãos e iraquianos surpreendeu o imperialismo. Tudo indica que uma rápida e

consistente vitória no Afeganistão e Iraque daria condições para voltar a máquina de guerra da potência contra o Irã. Mas ocorreu o contrário.

Barack Obama iniciou seu governo com a demagógica bandeira da distensão - primeiro a diplomacia e a negociação, somente depois as armas. Porém, logo passou à campanha pelo bloqueio econômico, exigindo que o Irã submetesse seu programa de energia nuclear ao controle do Pentágono, que de fato dirige a Agência Internacional de Energia Nuclear.

A eclosão de movimentos revolucionários no Norte da África e Oriente Médio contra as ditaduras e monarquias árabes obscureceu as iniciativas norte-americanas contra o Irã. A intervenção das potências na Líbia colocou o país persa em segundo plano na situação mundial. Mas os levantes foram canalizados pela troca de governo e, por ora, controlados. A derrubada do regime de Muamar Kadafi diminuiu a importância da Líbia. Então o Irã pode voltar ao primeiro plano.

A denúncia de um suposto complô para matar o embaixador saudita, em solo norte-americano, abortado pelos órgãos de segurança ianques, comparece como uma boa causa para se retomar a campanha contra o Irã. Os Estados Unidos são pródigos em criar motivos que justifiquem suas ações bélicas. A mais recente e brutal justificativa inventada foi a de que o Iraque detinha um poderoso arsenal de armas químicas. Essa falsificação serviu de base para uma guerra de intervenção, que provocou devastação e mortandade no Iraque.

O imperialismo não se importa com a credibilidade de suas informações. Bush armou uma fraude histórica monstruosa, que foi reconhecida pelo governo de Obama, e ficou o dito pelo não dito. É bem possível que o tal do complô contra a Arábia Saudita não passe de mais uma peça do imperialismo.

A bandeira de autodeterminação do Irã e do fim da campanha imperialista contra o direito dos iranianos disporem das potencialidades de seu país também volta ao primeiro plano.

Paraguai: governo decreta novamente estado de exceção

No dia 10 de outubro, o governo paraguaio, seguindo a decisão do congresso, decretou o estado de exceção nos departamentos de Concepción e San Pedro. O objetivo seria combater o EPP (Exército do Povo Paraguaio), grupo foquista que tem suas bases nesses departamentos e estaria agindo contra forças policiais e militares nos últimos tempos.

É a segunda vez em menos de um ano que se decreta o estado de exceção com a mesma finalidade. Da outra vez, a descomunal manifestação das forças militares e policiais assessoradas por “especialistas” colombianos e brasileiros concluiu num inglório tiroteio entre militares e policiais pertencentes às mesmas forças repressivas. Desta vez, mesmo dando o comando das operações a um general do exército, parece que o resultado tampouco será muito diferente. Aliás, com todo o aparato montado para impressionar os supostos guerrilheiros, no dia 13 de outubro, teve um assalto, em pleno departamento de San Pedro. Os assaltantes ainda prenderam dez pessoas como reféns, além do dinheiro roubado.

A medida foi tomada pelo governo cedendo às pressões da oposição que vincula a figura do ex-bispo e atual presidente do Paraguai, Fernando Lugo, aos movimentos sociais desses departamentos. As bases do EPP são os camponeses pobres que sobrevivem penosamente em meio ao latifúndio e a uma estrutura social e política pré-capitalista. A oposição – principalmente o partido colorado que ficou no poder durante 61 anos –, que perdeu o comando do Estado em 2008, usa os vínculos de Fernando Lugo com os camponeses da região onde foi bispo para desgastá-lo, com a acusação de que seria conivente com os foquistas. A pressão sobre Lugo se acentua no momento que se

abre o período pré-eleitoral.

Vários dirigentes camponeses e inclusive prefeitos da região são unânimes em denunciar que os restos do EPP são um contingente insignificante e que sua captura não precisaria de tanto aparato. A evidente desproporção entre o tamanho da repressão e o que se pretende reprimir só tem uma explicação: o principal alvo não é o EPP, mas os movimentos dos camponeses que, insatisfeitos com a falta de resposta às ilusões depositadas no bispo, têm realizado diversas manifestações e ocupações de terra, todas elas reprimidas pelo governo Lugo.

Às brutais condições de vida que padecem os camponeses, acrescenta-se a conivência do governo Lugo com a manutenção da posse de extensas propriedades, entregues de maneira fraudulenta aos cúmplices da ditadura de Stroessner a aos brasiguaios. Estes montaram verdadeiros exércitos particulares para se proteger dos movimentos camponeses que tentam ocupar essas terras. O armamento dos brasiguaios e grandes fazendeiros, que não é reprimido pelo governo, estimulou o apoio inicial dos moradores desses departamentos aos foquistas.

O Estado de Exceção, por tudo isso, tem como explicação a proximidade das eleições e a necessidade do governo Lugo demonstrar que defende a grande propriedade privada dos latifundiários contra os camponeses. Quanto aos foquistas, comprova-se mais uma vez a falência desta variante pequeno-burguesa sem programa, que não pode superar a necessidade histórica de estruturar um partido revolucionário com o barulho de algumas metralhadoras. Pelo contrário, o seu crescente isolamento os empurra a adotar métodos cada vez mais estranhos à ação de massas.

Lênin e as classes sociais

(texto “Uma grande iniciativa” (sobre o heroísmo dos operários na retaguarda, a propósito dos ‘sábados comunistas’), junho de 1919.

Uma das definições sobre as classes sociais mais divulgadas e utilizadas é a de Lênin. Eis: “As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, pela suas relações com os meios de produção (muitas vezes fixada e formulada nas leis), pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo e proporção que recebem a parcela de riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro, por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social”.

Pelo fato de ser geral (conceitual), é comum citá-la fora do contexto do documento “Uma grande iniciativa”. Lênin, no entanto, define as classes em função de uma situação concreta, cuja particularidade se encontra nas dificuldades de organização do trabalho e da produção, cerca de dois anos após a revolução de Outubro de 1917. A economia se encontrava em frangalhos. A indústria estava seriamente comprometida pela 1ª Guerra Mundial e pela guerra civil. A burguesia que havia perdido o poder procurava inviabilizar o Estado Operário e resistia, utilizando-se da sabotagem.

Em 7 de maio de 1919, numa assembleia geral dos trabalhadores ferroviários, da linha Moscovo-Kazán, se aprovou uma resolução, que se denominou “sábado comunista”. Consistia em dedicar seis horas de trabalho físico sem ser remunerado. Tratava-se de uma emer-

gência. No dia 10 de maio, os comunistas e simpatizantes, incluindo soldados, se alistaram para recuperar a ferrovia. Sobre o canto da *A Internacional* os operários deram provas de sacrifício para consolidar a revolução e derrotar a contrarrevolução.

Lênin se entusiasmou com a resposta proletária e redigiu o texto “Uma grande iniciativa”. Na introdução, defende: “Menos palavreado político e maior atenção aos fatos mais simples, mais vivos, tomados da vida e verificados na vida, da edificação comunista; tal é a palavra de ordem que todos nós, os nossos escritores, agitadores, propagandistas, organizadores, etc., devemos repetir constantemente”.

Apesar de ser uma forma excepcional de pôr a economia a funcionar, tratava-se de uma iniciativa de extraordinária importância para a revolução. A classe que assumia o “sábado comunista” era a do proletariado. A decisão fora tomada em assembleia e acatada coletivamente, sem nenhuma medida de coação. A consciência revolucionária se materializava na forma do trabalho organizado. A classe operária no capitalismo realiza a produção social sob a “disciplina da fome”, ou seja, da concorrência por um posto de trabalho e pelos miseráveis salários. Ao contrário, Lênin acentua que a “organização comunista do trabalho social, de que o socialismo constitui o primeiro passo, assenta e assentará cada vez mais na disciplina livre e consciente dos



próprios trabalhadores, que derrubam o jugo tanto dos latifundiários como dos capitalistas”.

O “sábado comunista” representava não só o brutal esforço físico para recuperar o funcionamento elementar da produção como também, fundamentalmente, a expressão da disciplina coletiva e espontânea. Nenhuma outra classe oprimida, como os camponeses e a pequena burguesia urbana, poderia assumir essa tarefa, a não ser o proletariado – “(...) *uma classe histórica determinada, criada, organizada, unida, instruída, educada e temperada pelo capitalismo*”.

Como se pode ver, o proletariado forjado na grande indústria se capacitou a destruir as relações de trabalho baseadas na exploração e na apropriação privadas. Essa base material e histórica lhe permite estabelecer a organização socialista do trabalho. Vejamos essa passagem: “(...) *só uma classe determinada, a saber os operários urbanos e em geral os operários das fábricas, os operários industriais, está em condições de dirigir toda a massa de trabalhadores e explorados na luta para derrubar o jugo do capital, no processo próprio de derrocada, na luta para manter e consolidar a vitória, na obra da criação do novo regime social, do regime socialista, em toda a luta pela completa supressão das classes. (notemos: a diferença científica entre o socialismo e o comunismo consiste apenas em que a primeira palavra designa a primeira fase da sociedade nova que nasce do capitalismo, e a segunda designa uma fase superior e mais avançada dessa sociedade)*”. (...) “É claro que, para suprir por completo as classes, é preciso não só derrubar os exploradores, os latifundiários e capitalistas, não só abolir a *sua* propriedade, é preciso abolir ainda **toda a** propriedade privada dos meios de produção, é preciso suprimir tanto a diferença entre a cidade e campo, como a diferença entre os trabalhadores manuais e intelectuais. É uma obra longa. Para realizá-la, é necessário um gigantesco passo a frente no desenvolvimento das forças produtivas, é necessário superar a resistência (frequentemente passiva, que é particularmente tenaz e particularmente difícil de superar) das numerosas sobrevivências da pequena produção, é preciso superar a enorme força do hábito e da rotina ligados a estas sobrevivências”.

Nota-se que Lênin tomava uma decisão tão simples e tão singular que era o “sábado comunista” para elevar a compreensão sobre a enorme tarefa histórica de substituir as relações capitalistas de produção pelas relações socialistas de produção. Não por acaso, a iniciativa partiu do proletariado. Sobre ele recai a função de vencer as etapas de desenvolvimento das forças produtivas na forma da propriedade social. As demais classes oprimidas obrigatoriamente têm de no combate ser dirigidas pelo proletariado para vencer as velhas relações e assim se dissolverem.

Destaquemos a seguinte passagem: “*Supor que todos os ‘trabalhadores’ são igualmente capazes de realizar esse trabalho seria uma frase vazia e uma ilusão de um socialista antediluviano, pré-marxista. Porque essa capacidade não se dá por si mesma, antes nasce historicamente e nasce apenas das condições materiais da grande produção capitalista. No começo do percurso do capitalismo para o socialismo, só o proletariado possui essa capacidade. Ele está em condições de cumprir a gigantesca missão que lhe incumbe, primeiro porque é a classe mais forte e mais avançada das sociedades civilizadas; segundo, porque nos países mais desenvolvidos constitui a maioria da população; terceiro, porque nos países capitalistas atrasados, como a Rússia, a maioria da população é composta por semi-proletários, isto é, por homens que regularmente vivem uma parte do ano como proletários, que procuram regularmente a subsistência, em certa medida, no trabalho assalariado em empresas capitalistas*”.

No momento em que a assembleia dos ferroviários aprovou o “sábado comunista”, a transição do capitalismo para o socialismo apenas começava. O partido marxista no poder tinha em suas mãos a tarefa de

consolidar a ditadura do proletariado. O que exigia recolocar a Rússia devastada pelas guerras nos trilhos e enfrentar as novas exigências advindas da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Se na revolução a classe operária russa, minoritária em relação às demais classes oprimidas, assumiu a direção da maioria, no processo de transição tornava-se imperioso avançar sua organização no seio da economia como classe dirigente.

Lênin combaterá os revisionistas que se lançaram contra a ditadura do proletariado com bandeiras abstratas de liberdade, igualdade, democracia geral, igualdade da democracia do trabalho, desconhecendo que a transição não se dava de forma harmônica entre as classes existentes. O socialismo pequeno-burguês procurava dissolver o proletariado nas demais classes oprimidas, que também protagonizaram a revolução. Lênin o rechaçará empunhando a concepção marxista da luta de classes. Eis: “*Este problema só pode ser resolvido de modo acertado por um estudo concreto das relações específicas existentes entre a classe específica que conquistou o poder político, ou seja, o proletariado, e toda massa não proletária e também semi-proletária da população trabalhadora, e estas relações não se estabelecem em condições fantásticamente harmoniosas, ‘ideais’, mas nas condições reais de uma raivosa e multiforme resistência por parte da burguesia*”. (...) “*Para vencer, para criar e consolidar o socialismo, o proletariado tem de realizar uma tarefa dupla, ou melhor, com dois aspectos: 1) arrastar, com seu heroísmo abnegado na luta revolucionária contra o capital, toda a massa de trabalhadores e explorados, arrastá-la, organizá-la, dirigi-la para a derrubada da burguesia e o esmagamento completo de toda a resistência por parte desta; 2) conduzir atrás de si toda a massa de trabalhadores e de explorados, assim como todas as camadas pequeno-burguesas, para a vida da nova construção econômica, para a via da criação do novo vínculo social, da nova disciplina do trabalho e da nova organização do trabalho, que combina a última palavra da ciência e da técnica capitalista com a união maciça dos trabalhadores conscientes, que criam a grande produção socialista*”.

Como se vê, a nascente União de Repúblicas Soviéticas – o Estado Socialista – se assentava sobre classes distintas, embora todas oprimidas no capitalismo. A sua coesão dependia do proletariado assumir plenamente a economia e avançar a transição. Para Lênin, a definição das classes sociais mantinha toda sua importância e ganhava uma nova dimensão que era o exercício do poder e a organização socialista do trabalho. O conceito fundamental de ditadura do proletariado comparecia com propriedades mais precisas no processo de transformação do capitalismo em socialismo.

No início do texto “Uma grande iniciativa”, Lênin indica a importância da compreensão prática da forma teórica marxista da ditadura do proletariado. Tomemos sua formulação: “*A ditadura do proletariado (...) não é só a violência sobre os exploradores, nem sequer é principalmente a violência. A base econômica dessa violência revolucionária, a garantia de sua vitalidade e de seus êxitos, está em que o proletariado representa e realiza um tipo mais elevado de organização social do trabalho em comparação com o capitalismo*”.

Selecionamos algumas das principais considerações de Lênin sobre as classes sociais que se manifestavam no movimento concreto de construção do socialismo. Mas, certamente, as ideias ali expostas são mais amplas. Acreditamos que contextualizamos a famosa definição de Lênin sobre as classes sociais, de acordo com o propósito de assimilá-la. Retomemo-la, didaticamente. As classes se identificam: 1) pelo lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado; 2) pela sua relação com os meios de produção; 3) pelo seu papel na organização social do trabalho; 4) pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõe.